

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 03/12/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Juiz Substituto do TJ-PR**. Assim que disponibilizados o caderno de provas e gabarito, nosso time de professores analisou cada uma das questões, que, agora, serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 4 questões passíveis de recurso, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 21, 26, 29 e 55.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Juiz Substituto do TJ-PR**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/e6a72f7d-9d00-48e0-903b-39ebc4bbf409>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/646fb7d4-a84c-4222-8402-eeee02185811>

Por fim, comentamos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA – JUIZ SUBSTITUTO DO TJ-PR

QUESTÃO 01. A Associação dos Magistrados do Estado X contratou pacotes de hospedagem com a sociedade hoteleira Y para participação dos associados em um importante congresso no Paraná, assumindo todas as despesas.

Ao chegar no local, o juiz Theotônio discorda das regras de check-in e manifesta seu descontentamento ao gerente. O responsável, então, lhe informa que todas as regras da hospedagem foram passadas à associação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) por força da relatividade dos contratos, as regras pactuadas entre a Associação e a sociedade hoteleira Y são inoponíveis a Theotônio;
- b) por força da relatividade dos contratos, as regras pactuadas entre a Associação e a sociedade hoteleira Y são inoponíveis a Theotônio, que, no entanto, deve a elas se submeter se quiser se hospedar, em homenagem ao princípio da boa-fé objetiva;
- c) a hipótese é de exceção ao princípio da relatividade contratual, de modo que as regras pactuadas entre a Associação e a sociedade hoteleira Y são oponíveis, como um todo, a Theotônio, que as aceitou juntamente com o benefício;
- d) embora a hipótese seja de exceção ao princípio da relatividade contratual, apenas os direitos decorrentes da contratação são oponíveis a Theotônio, mas não os deveres;
- e) embora a hipótese seja de exceção ao princípio da relatividade contratual, apenas os direitos e deveres concernentes à obrigação principal são oponíveis a Theotônio, mas não os direitos e deveres acessórios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme determina o artigo 436, parágrafo único, do Código Civil: “[...] Parágrafo único. Ao terceiro, em favor de quem se estipulou a obrigação, também é permitido exigí-la, ficando, todavia, sujeito às condições e normas do contrato, se a ele anuir, e o estipulante não o inovar nos termos do art. 438.

A eficácia do contrato é interna às partes, ainda que sua existência não seja indiferente aos terceiros. Esse princípio torna pessoal o pacto, excluindo os demais.

No entanto, há hipóteses em que o princípio da relatividade dos contratos é excepcionada, como no caso de estipulação em favor de terceiro.

Trata-se de contrato por via do qual uma das partes se obriga a atribuir vantagem patrimonial gratuita a pessoa estranha à formação do vínculo contratual.

QUESTÃO 02. Mévio, 19 anos, filho mimado de Tício, encantou-se por um apartamento em frente à praia da cidade em que morava. Fez então uma proposta de compra ao proprietário, Oswaldo, que recusou, alegando que o imóvel havia pertencido a seu amado pai e, por isso,

não tinha intenção de aliená-lo. Tício, percebendo a frustração do filho, procurou Oswaldo e disse a ele que, se não vendesse o apartamento a Mévio, sua filha amanheceria morta.

Diante disso, Oswaldo vendeu o apartamento a Mévio, que sabia que a venda ocorreu sob a ameaça de seu pai.

Nesse caso, Tício:

- a) deve indenizar Oswaldo por perdas e danos, mas a venda permanece válida;
- b) responderá solidariamente com Mévio perante Oswaldo por perdas e danos e a coação moral de terceiro vicia o negócio;
- c) juntamente com Mévio, deve indenizar Oswaldo por perdas e danos, mas a venda permanece válida;
- d) responderá perante Oswaldo por perdas e danos e a coação moral de terceiro vicia o negócio;
- e) agiu além do simples temor reverencial, mas Mévio não responde, de modo que a venda permanece válida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, haja vista que a coação exercida por terceiro invalida o negócio jurídico.

A alternativa B está correta, pois, conforme determina o artigo 154 do Código Civil: “Art. 154. Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos”.

A alternativa C está incorreta, uma vez que a coação exercida por terceiro invalida o negócio jurídico.

A alternativa D está incorreta, pois o terceiro e o contratante beneficiado com o contrato que tenha ciência da coação respondem solidariamente.

A alternativa E está incorreta, pois o terceiro e o contratante beneficiado com o contrato que tenha ciência da coação respondem solidariamente. Ademais, a coação é causa de defeito do negócio jurídico, gerando, assim, a invalidade da venda.

QUESTÃO 03. Marcos estava passeando com sua mãe quando ela começa a se sentir mal. Atônito, adentra o hospital mais próximo, clamando por ajuda. Enquanto o médico realiza o primeiro atendimento, Marcos é convidado a resolver as questões burocráticas. Nesse momento, solicitam-lhe um cheque caução no valor de R\$ 500.000,00. Marcos argumenta que não possui tal quantia. Em contrapartida, dizem-lhe que, sem o cheque, não haverá atendimento a sua mãe. Marcos faz o cheque e o entrega ao administrador do hospital.

De acordo com o Código Civil, a situação narrada caracteriza um defeito do negócio jurídico, qual seja:

- A) simulação;
- B) estado de perigo;
- C) dolo;

D) coação;

E) lesão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A simulação está contida no art. 167 que prevê a nulidade do negócio jurídico simulado, mas estabelece que o negócio dissimulado subsiste, se válido for na substância e na forma. Mas, quando haverá simulação? O § 1º do artigo traz, nos incisos, as situações de simulação, de maneira exemplificativa (rol aberto, numerus apertus): I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem (compra e venda de imóvel por “laranja”); II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira (compra e venda de um imóvel gratuitamente para o adúltero); III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados (faço um recibo pósdatado, para usar como prova, ou pagar menos tributos).

A alternativa B está correta. Consoante dispõe o artigo 156 do Código Civil: Art. 156. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

A alternativa C está incorreta. Dolo significa engano, embuste, traição, trapaça. É a ação ou omissão em induzir, fortalecer ou manter o outro na falsa representação da realidade para beneficiar a si ou a outrem, de modo que o negócio não se realizaria de outra maneira (dolus causam). Ou seja, o dolo nada mais é do que “induzir alguém em erro”, resumidamente. Veja que o dolo deve ser a causa eficiente do negócio, conforme estabelece o art. 145.

Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.

A alternativa D está incorreta. Na coação a vontade é viciada pelo medo de dano a si, à família, a outrem ou aos bens, a partir de uma pressão física ou moral, segundo o art. 151. O parágrafo único desse artigo diz que se a coação for contra terceiro, não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação.

Art. 151. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

Parágrafo único. Se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação.

A alternativa E está incorreta. A lesão, popularmente conhecida como “galinha morta” ou “negócio da China”, já está presente no ordenamento jurídico brasileiro há tempos. No CC/2002, a lesão está prevista no art. 157 e tem dois pressupostos: 1. Prestação manifestamente desproporcional: valorada pelo juiz (elemento objetivo). Por exemplo, vende a casa de 1 milhão por 100 mil; 2. O negócio se deu por estado de necessidade ou inexperiência (elemento subjetivo).

Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

QUESTÃO 04 A sociedade Veba recebeu, da fabricante, mil caixas de bebida em consignação para posterior venda.

Verificou-se que, em 01/01/2023, duzentas e cinquenta caixas foram efetivamente vendidas, o que rendeu a quantia de R\$ 2.500,00, lançada em balanço patrimonial. Cinquenta se perderam sem culpa da consignatária (prejuízo de R\$ 500,00) e vinte e cinco por culpa sua

(prejuízo de R\$ 250,00). Quatrocentos e cinquenta caixas permaneciam em estoque (valor de R\$ 4.500,00).

Neste mesmo dia, o Juízo da Primeira Vara Cível de Curitiba determinou a penhora sobre todo o patrimônio da sociedade Veba.

Para o direito civil, a penhora:

- a) poderá recair sobre o valor de R\$ 2.500,00; e sobre o estoque avaliado em R\$ 4.500,00;
- b) deverá abranger o valor de R\$ 2.500,00; e sobre o estoque avaliado em R\$ 4.500,00, subtraído das dívidas de R\$ 500,00 e R\$ 250,00;
- c) atingirá o valor de R\$ 2.500,00; e sobre o estoque avaliado em R\$ 4.500,00, subtraído apenas da dívida de R\$ 250,00 pela perda culposa das caixas;
- d) incidirá sobre o valor de R\$ 2.500,00, subtraído das dívidas de R\$ 500,00 e R\$ 250,00;
- e) não poderá ser realizada sobre os itens descritos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Consoante determina o artigo 536 do mesmo diploma legal: Art. 536. A coisa consignada não pode ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.

Art. 535. O consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável.

O consignante, apesar de ser proprietário do bem, não pode dispor da coisa antes de ela ser restituída ou comunicada a restituição, por aplicação do art. 537. Isso porque a disposição da coisa ficou a cargo do consignatário, por força do pacto (propriedade limitada por convenção). Inversamente, se o consignatário não devolve a coisa findo o prazo, cabível ação de reintegração de posse, ante o esbulho. De modo a fomentar a consignação, e evitar que o consignante sofra prejuízos indesejáveis, o art. 536 estabelece que a coisa consignada não pode ser objeto de constrição judicial pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço. Se o for, indevidamente, cabíveis embargos de terceiro senhor e possuidor para proteção da coisa.

QUESTÃO 05. Em execução cível, depois de muitas tentativas, o credor consegue encontrar um terreno em nome do devedor. Ao extrair a certidão de ônus reais, nota, contudo, que, da matrícula constava registro de incorporação imobiliária, levado a efeito pelo executado.

Nesse caso, o juiz:

- a) não mais poderá penhorar ou constituir qualquer ônus sobre o terreno, haja vista que já está registrada a incorporação imobiliária, de modo que eventual gravame poderia prejudicar o direito de terceiros adquirentes de boa-fé;
- b) poderá penhorar ou constituir qualquer ônus sobre o terreno, independentemente de já haver abertura de matrícula de unidades autônomas, inscrevendo o gravame na matrícula de origem do imóvel a ele destinado e replicado, sem custo adicional, em cada uma das matrículas recipiendárias dos lotes ou das unidades autônomas eventualmente abertas;

c) poderá penhorar ou constituir qualquer ônus sobre o terreno, até a abertura de matrículas de unidades autônomas, inscrevendo o gravame na matrícula de origem do imóvel a ele destinado, sob pena de prejudicar os direitos de terceiros adquirentes de boa-fé;

d) poderá penhorar ou constituir qualquer ônus sobre o terreno, até a conclusão do empreendimento, inscrevendo o gravame na matrícula de origem do imóvel a ele destinado, sob pena de prejudicar os direitos de terceiros adquirentes de boa-fé;

e) poderá penhorar ou constituir qualquer ônus sobre o terreno, a qualquer tempo, inscrevendo o gravame na matrícula de origem do imóvel a ele destinado, sob pena de prejudicar os direitos de terceiros adquirentes de boa-fé, desde que o credor comprove que ainda não há adquirente de boa-fé a ser protegido."

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

Conforme determina o artigo 237-A da Lei n. 6.015: Art. 237-A. Após o registro do parcelamento do solo, na modalidade loteamento ou na modalidade desmembramento, e da incorporação imobiliária, de condomínio edilício ou de condomínio de lotes, até que tenha sido averbada a conclusão das obras de infraestrutura ou da construção, as averbações e os registros relativos à pessoa do loteador ou do incorporador ou referentes a quaisquer direitos reais, inclusive de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvam o empreendimento e suas unidades, bem como a própria averbação da conclusão do empreendimento, serão realizados na matrícula de origem do imóvel a ele destinado e replicados, sem custo adicional, em cada uma das matrículas recipiendárias dos lotes ou das unidades autônomas eventualmente abertas.

QUESTÃO 06. Marcelo tem deficiência visual em alto grau, que lhe impossibilita ler. Diante disso, para que ele possa realizar um testamento válido, salvo se a higidez da manifestação do ato estiver completamente assegurada, será necessário adotar, por força de lei:

a) necessariamente a forma pública. Nesse caso, o teor do documento deve ser lido para Marcelo em voz alta pelo tabelião e por uma das testemunhas;

b) necessariamente a forma pública. Nesse caso, o teor do documento deve ser lido para Marcelo em voz alta por ambas as testemunhas perante o tabelião;

c) a forma pública ou cerrada. Se cerrado, o documento deve ser escrito por uma das duas pessoas que testemunharão a entrega ao tabelião;

d) a forma pública ou cerrada. Se cerrado, o documento deve ser escrito por pessoa de confiança a rogo de Marcelo e lido por uma das duas pessoas que testemunharão a entrega ao tabelião;

e) a forma pública, cerrada ou particular. Se cerrado ou particular, o documento deve ser escrito por pessoa de confiança a rogo de Marcelo e lido por uma das três pessoas que testemunharam a sua elaboração."

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

Ao cego só se permite o testamento público, que lhe será lido, em voz alta, duas vezes, uma pelo tabelião ou por seu substituto legal, e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento (art. 1.867).

Trata-se de exigência prevista no artigo 1.867 do Código Civil: Art. 1.867. Ao cego só se permite o testamento público, que lhe será lido, em voz alta, duas vezes, uma pelo tabelião ou por seu substituto legal, e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.

QUESTÃO 07. Adalberto comprou um automóvel usado de Bianca, mas, alguns dias depois da entrega do bem, foi parado numa blitz policial porque o veículo havia sido furtado. O veículo foi então apreendido pelas autoridades administrativas e encaminhado ao seu real proprietário Cristiano. Adalberto agora pretende acionar Bianca para ser ressarcido pelos prejuízos. Sobre o caso, é correto afirmar que:

a) mesmo que o contrato exclua a garantia contra evicção, terá Adalberto direito ao ressarcimento do preço pago, se o risco de o veículo ser furtado não foi informado ou assumido;

b) se Adalberto vier a manter a posse do bem por novo contrato de compra e venda com Cristiano, não terá direito à indenização perante Bianca;

c) a pretensão de Adalberto em face de Bianca pelo ressarcimento do prejuízo sofrido pressupõe decisão judicial que reconheça a propriedade de Cristiano;

d) caso Adalberto, acionado judicialmente por Cristiano, deixe de denunciar a lide a Bianca, não terá direito a receber indenização de Bianca;

e) a indenização devida por Bianca a Adalberto deve abranger despesas do contrato, custas judiciais, honorários, frutos e o abono das benfeitorias feitas por Adalberto ou por Bianca.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Pode ser estabelecida cláusula de evicção em contrário, reforçando-a, reduzindo-a ou a exonerando, segundo o art. 448 do Código Civil: Art. 448. Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.

Quanto à redução, o art. 449 estabelece limitações a essa cláusula de irresponsabilidade (cláusula non praestaenda evictione).

Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu o que dota o contrato de caráter aleatório.

Conforme dispõe o artigo 449 do Código Civil: Art. 449. Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.

QUESTÃO 08. Daniel, em 2023, realizou seu sonho de jogar futebol profissionalmente. Desde os 4 anos, frequentava várias escolinhas de futebol e passava por peneiras de grandes clubes. Agora, com 17 anos, terá sua maior oportunidade. Foi contratado pelo Clip Futebol Clube, com vínculo empregatício, recebendo R\$ 30.000,00 por mês, valor suficiente para prover seu próprio sustento na cidade de Esquilo, centro-oeste do país. Seus pais, até então, administravam seus bens e sua carreira e, com a saída dele de casa, por conta da contratação acima exposta, decidiram pedir um empréstimo para pagar algumas dívidas do casal e ofereceram a casa de Daniel em garantia, gravando-a de ônus real.

Com base na legislação civil e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que os pais:

- a) não poderiam ter dado a casa de Daniel em garantia, já que ele é emancipado;
- b) poderiam ter dado a casa de Daniel em garantia, pois são administradores de seus bens, sendo ele filho menor;
- c) poderiam ter dado a casa de Daniel em garantia, desde que houvesse autorização judicial;
- d) não poderiam ter dado a casa de Daniel em garantia, já que ele não foi formalmente notificado;
- e) poderiam ter dado a casa de Daniel em garantia, desde que houvesse prova da necessidade."

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Consoante dispõe o 5º, parágrafo único, inciso V, do Código Civil: Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: [...] V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria".

Ademais, conforme dispõe o artigo 1.693, inciso II, do Código Civil: Art. 1.693. Excluem-se do usufruto e da administração dos pais: [...] II - os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de atividade profissional e os bens com tais recursos adquiridos.

QUESTÃO 09. Francisco, 20 anos, e Paula, 17 anos, casaram-se civilmente. A mãe de Paula consentiu que ela se casasse. Seu pai, contudo, não concordou. Diante disso, foi necessário o suprimento judicial do seu consentimento, que foi obtido mediante ação movida pela filha com a assistência da mãe. O casamento foi celebrado e, na sua constância, Francisco comprou um apartamento e Paula herdou um carro.

Nesse caso:

- a) Paula pode, sem autorização de Francisco, pleitear, como autora ou ré, acerca do apartamento;
- b) o apartamento é de Francisco e o carro é de Paula, não havendo bens partilháveis entre os cônjuges em razão do regime aplicável;
- c) Francisco poderá gravar com ônus reais o apartamento, mesmo sem a autorização prévia de Paula;
- d) o apartamento pode ser dividido entre os cônjuges, em eventual divórcio, se for provado esforço comum de Paula para a sua aquisição;
- e) o regime de bens aplicável ao caso começa a vigorar desde a expedição do certificado de habilitação para o casamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Nos termos do artigo 1.641 do Código Civil: Art. 1.641. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento: [...] III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial.

Consoante Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: Súmula 377, STJ: No regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento.

QUESTÃO 10. Domicílio é o local onde a pessoa estabelece sua residência com âmbito definitivo.

Com base no Código Civil, é correto afirmar sobre o tema que:

- a) o domicílio da União é o local de onde o administrador despacha;**
- b) o domicílio da pessoa que não tenha residência habitual é o local de seu último domicílio declarado;**
- c) tem domicílio necessário a pessoa com deficiência, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso;**
- d) nos contratos escritos, é defeso especificar domicílio onde cumpra seus direitos e obrigações deles resultantes;**
- e) para a pessoa natural que tiver diversas residências, onde alternativamente viva, considerar-se-á domicílio qualquer um deles.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 75 do Código Civil: Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: I - da União, o Distrito Federal;

A alternativa B está incorreta. Consoante ao disposto no artigo 73 do Código Civil: Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o artigo 76 do Código Civil: Art. 76. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 78 do Código Civil: Art. 78. Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do artigo 71 do Código Civil: Art. 71. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

QUESTÃO 11. Em uma ação judicial, o réu, grande produtor rural, apesar de ter endereço certo e conhecido na Comarca, não está sendo encontrado pelo oficial de justiça para receber o mandado de citação, existindo fortes suspeitas de ocultação, ensejando a citação por hora certa.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) embora a citação tenha sido efetivada por hora certa, a condição econômica do réu torna desnecessária a nomeação de curador especial, pois não cabe à Defensoria Pública a defesa de interesses de pessoas que não sejam hipossuficientes;**

b) na hipótese de citação por hora certa, o prazo de contestação começa a fluir a partir da data da certidão exarada pelo oficial de justiça que confirmar a citação;

c) para a efetivação da citação por hora certa, a pessoa da família ou o vizinho que estiver presente não pode se recusar a receber o mandado;

d) feita a citação por hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará, no prazo de dez dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência;

e) na citação por hora certa, deve ser promovida a publicação da informação acerca da citação na rede mundial de computadores e no sítio do respectivo Tribunal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 72 do CPC: Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao: II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado. Parágrafo único. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.

A alternativa B está incorreta. Conforme determina o §4º do artigo 231 do Código de Processo Civil: §4º Aplica-se o disposto no inciso II do caput à citação com hora certa.

Por sua vez, dispõe o artigo 231, inciso II, do CPC que: Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: II - a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça;

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 253, §2º, do CPC: § 2º A citação com hora certa será efetivada mesmo que a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 254 do CPC: Art. 254. Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão para publicação da informação na rede mundial de computadores na hipótese de citação com hora certa. De outro modo, é requisito da citação por edital: CPC, art. 257. São requisitos da citação por edital: II - a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos.

QUESTÃO 12. Maria, assistida por órgão da Defensoria Pública, intentou demanda em face do Município onde reside, perseguindo a sua condenação a lhe fornecer tratamento médico adequado para a enfermidade que a acometia, ao argumento de que a rede municipal de saúde não estava adotando as providências necessárias para viabilizar tal tratamento.

Também foi formulado na petição inicial requerimento de tutela provisória de urgência, consubstanciada na edição de ordem judicial para que a edilidade disponibilizasse de imediato o tratamento médico indicado.

Apreciando a peça exordial, o magistrado procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da ação, ordenando a citação do ente federativo demandado. Mas, no tocante à medida liminar pleiteada, o Juiz a denegou, tendo consignado, quanto ao ponto, o seguinte: “Indefiro o

requerimento de tutela provisória, por não vislumbrar o fumus boni iuris, tanto mais porque a medida pretendida atenta contra o interesse público”.

Pessoalmente intimado da decisão, o órgão da Defensoria Pública interpôs, sete dias úteis após o ato intimatório, recurso de embargos de declaração, alegando, em síntese, que a fundamentação adotada pelo juízo era omissa.

É correto afirmar, nesse quadro, que os embargos de declaração manejados:

a) não merecem ser conhecidos, haja vista a sua intempestividade;

b) não merecem ser conhecidos, já que essa espécie recursal só pode ter como alvo sentenças e acórdãos;

c) merecem ser conhecidos, já que a decisão proferida é impugnável por esse recurso, provando a decisão proferida não padece de vício de omissão;

d) merecem ser conhecidos, porém desprovidos, já que a decisão proferida não padece de vício de omissão;

e) merecem ser conhecidos e providos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Conforme dispõe o artigo 1.023 do CPC: Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.

Ressalte-se que, de acordo com o artigo 219 do CPC: Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

Por outro lado, nos termos do artigo 489, §1º, do CPC: § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso; III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

QUESTÃO 13. Em razão de uma série de percalços ocorridos em uma viagem internacional, marcada por atraso de voos, perda de conexões e extravios de bagagens, Antônio, sua mulher, Bruna, e o filho do casal, Carlos, de 18 anos de idade, decidiram assentar pretensão indenizatória em face da companhia aérea.

Mas, em vez de se associar em um litisconsórcio ativo, optaram os membros da família por ajuizar separadamente as ações indenizatórias, embora as três se arrimassem em um contexto fático idêntico, sobretudo no tocante às falhas na prestação do serviço atribuídas à parte ré e aos danos sofridos por cada autor.

Assim, a petição inicial de Antônio foi distribuída ao Juízo X, com competência para matéria civil, no dia 11 de setembro de 2023, tendo recebido juízo positivo de admissibilidade em 15 de setembro e efetivando-se a citação da ré no dia 02 de outubro.

A peça exordial de Bruna, por sua vez, foi distribuída ao Juízo Y, também com competência para matéria civil, em 13 de setembro de 2023, com juízo positivo de admissibilidade em 14 de setembro e ulitimação do ato citatório em 27 de setembro.

Quanto à inicial de Carlos, a sua distribuição, ao Juízo Z, igualmente com competência para matéria cível, deu-se em 18 de setembro de 2023, tendo se dado o juízo positivo de admissibilidade da ação em 19 de setembro e a citação, em 25 de setembro.

A princípio, a parte ré não se deu conta da tramitação simultânea dos três processos, razão por que não suscitou a questão nas peças contestatórias que ofertou em cada um deles. Mas, percebendo a situação algum tempo depois, alertou os Juízos X, Y e Z sobre o fato, sustentando a ocorrência da conexão entre as ações e pugnando pela reunião dos feitos, para fins de julgamento simultâneo.

Quando da protocolização dessas manifestações processuais da ré, o feito em curso no Juízo Y, em cujo polo ativo figurava Bruna, já havia sido sentenciado, com o acolhimento parcial do pleito indenizatório formulado na inicial. Os outros dois processos estavam aguardando a realização de audiência de instrução e julgamento, ante o deferimento da prova testemunhal pelos respectivos juízos.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) os três feitos devem tramitar separadamente, cada qual perante o Juízo a que foi distribuída a respectiva petição inicial;
- b) os três feitos devem ser reunidos para julgamento simultâneo pelo Juízo X, que é o prevento;
- c) os três feitos devem ser reunidos para julgamento simultâneo pelo Juízo Y, que é o prevento;
- d) os feitos em curso nos Juízos X e Z devem ser reunidos para julgamento simultâneo pelo Juízo X, que é o prevento;
- e) os feitos em curso nos Juízos X e Z devem ser reunidos para julgamento simultâneo pelo Juízo Z, que é o prevento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com o artigo 55 do CPC: Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

Por sua vez, dispõe o §1º do aludido dispositivo que: §1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

Nesse passo, considerando que o processo que tramita no Juízo Y, apenas os feitos em curso nos Juízos X e Z serão reunidos para julgamento conjunto, que ocorrerá no Juízo prevento X.

Nesse sentido, estabelece o artigo 58 do CPC que: Art. 58. A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.

Com relação à definição do Juízo prevento, dispõe o artigo 59 do CPC: Art. 59. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

QUESTÃO 14. Adriana, servidora estadual aposentada, impetrou mandado de segurança para impugnar conduta omissiva que atribui à administração pública, consubstanciada, em sua ótica, na não inclusão, nos respectivos proventos, do valor de uma gratificação a cuja incorporação entendia fazer jus.

Depois de prestadas as informações pela autoridade impetrada e de apresentada a peça impugnativa pela pessoa jurídica de direito público e de ofertada a manifestação conclusiva do Ministério Público, o juiz da causa proferiu sentença. De acordo com o ato decisório, foi concedida a segurança vindicada, reconhecendo-se o direito subjetivo de Adriana à incorporação da gratificação e determinando-se à autoridade coatora que procedesse à inclusão do respectivo valor nos proventos da impetrante.

Subindo os autos à segunda instância, por força do reexame necessário, o órgão ad quem confirmou a sentença de piso, à que se seguiu, então, o seu trânsito em julgado.

Poucos meses depois, Adriana intentou nova demanda, já então pelo procedimento comum, pleiteando a condenação da Fazenda Pública estadual a lhe pagar os valores que reputava devidos, à título de retroativo à gratificação, relativamente ao lapso temporal anterior à data do ajuizamento de sua primeira ação.

Tomando contato com a nova petição inicial, deverá o magistrado:

- a) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação;
- b) indeferi-la de plano, diante do óbice da coisa julgada;
- c) indeferi-la de plano, diante do óbice da litispendência;
- d) indeferi-la de plano, diante da ausência de interesse de agir;
- e) julgar liminarmente improcedente o pedido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme previsto no artigo 485, § 1º, do CPC: §1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

No entanto, conforme narrado no enunciado, o período discutido na ação de conhecimento é distinto daquele objeto do mandado de segurança.

Dessa forma, a ação deverá ser conhecida uma vez que não há coisa julgada, haja vista que a causa de pedir é diversa da primeira ação.

QUESTÃO 15. Em uma ação sob o procedimento comum com pedido de tutela provisória de urgência inaudita altera pars, o juiz indeferiu o pedido de tutela, ensejando a interposição de agravo de instrumento, com pedido de tutela recursal. Por sua vez, o relator do recurso indeferiu o pedido de tutela recursal e determinou a intimação pessoal do agravado para oferecer contrarrazões. Contra essa decisão, o agravante interpôs agravo interno. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) em seu agravo interno, o agravante poderá impugnar apenas um dos fundamentos da decisão agravada;

b) mesmo em caso de retratação, deverá o relator levar o recurso para julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta;

c) o relator do agravo interno, se assim entender, poderá se limitar a reproduzir os fundamentos da decisão agravada para julgar desprover o recurso;

d) o relator poderá acolher o pedido de reconsideração formulado no agravo interno, retratando-se monocraticamente;

e) o desprovimento do agravo interno enseja a aplicação de multa, desde que haja requerimento do agravado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 1.021, §1º, do CPC: §1º Na petição de agravo interno, o recorrente impugnará especificadamente os fundamentos da decisão agravada.

A alternativa B está incorreta. Apenas no caso em que não haja retratação o relator levará o recurso para inclusão em pauta, conforme previsto no artigo 1.021, §2º, do CPC: §2º O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 1.021, §3º, do CPC: §3º É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

A alternativa D está correta. É cabível juízo de retratação no agravo interno, conforme previsto no artigo 1.021, §2º, do CPC: §2º O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta.

A alternativa E está incorreta. A multa é fixada pelo relator, não se exigindo requerimento da parte, nos termos do artigo 1.021, §4º, do CPC: § 4º Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

QUESTÃO 16. João ingressou em um consórcio para aquisição de um veículo da marca XYZ. Porém, a partir do mês de julho de 2023, a empresa XYZ parou de emitir os boletos para pagamento, alegando que a suspensão se deu em razão da existência de débitos anteriores de João, ensejando a rescisão do contrato, com o que João não concorda, pois nunca esteve inadimplente.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

a) João não poderá se valer da consignação extrajudicial, com o depósito de valor em estabelecimento bancário situado no local do pagamento, pois não tem a anuência da empresa XYZ, tampouco a concordância da instituição financeira;

b) por se tratar de consórcio com parcelas sucessivas a vencer, João deverá ajuizar ação de consignação em pagamento, na qual formulará mês a mês pedido para depósito de cada parcela, o que será apreciado e previamente deferido pelo juiz para viabilizar os depósitos mensais;

c) João deverá ajuizar ação de consignação em pagamento, comprovando na petição inicial o depósito judicial do valor referente à parcela que a empresa XYZ se recusou a emitir o boleto, sob pena de indeferimento da petição inicial;

d) ajuizada a ação de consignação em pagamento, a empresa XYZ poderá alegar que o depósito não é integral, devendo, nesse caso, indicar o montante que entende devido, sob pena de a alegação não ser admissível;

e) a ação de consignação em pagamento deve ser ajuizada no foro do domicílio da empresa XYZ, ainda que seja distinto do lugar do pagamento, cessando para João, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Conforme previsto no artigo 539, §1º, do CPC: § 1º Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o valor ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recebimento, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 541 do CPC: Art. 541. Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo vencimento.

A alternativa C está incorreta. O depósito deve ser feito em 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 542 do CPC: Art. 542. Na petição inicial, o autor requererá: I - o depósito da quantia ou da coisa devida, a ser efetivado no prazo de 5 (cinco) dias contados do deferimento, ressalvada a hipótese do art. 539, § 3º.

A alternativa D está correta. Conforme dispõe o artigo 544, IV, do CPC: Art. 544. Na contestação, o réu poderá alegar que: [...] IV - o depósito não é integral. Parágrafo único. No caso do inciso IV, a alegação somente será admissível se o réu indicar o montante que entende devido.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o artigo 540 do CPC: Art. 540. Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.

QUESTÃO 17. No que concerne à denúncia da lide, é correto afirmar, à luz da sistemática consagrada no Código de Processo Civil de 2015, que:

a) é modalidade espontânea de intervenção de terceiros, podendo ter lugar tanto no processo de conhecimento quanto no de execução;

b) se presta a assegurar o exercício do direito de regresso derivado de lei ou contrato, mas não o dos direitos resultantes da evicção;

c) caso seja acolhido o pedido da ação original, é lícito ao autor requerer o cumprimento de sentença também em desfavor do litisdenunciado, nos limites da condenação por este sofrida;

d) pode ser requerida ao juiz pelo réu da ação original, mas não por seu autor;

e) são admissíveis várias litisdenúncias sucessivas, desde que isso não ofenda a garantia da duração razoável do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A denunciação da lide é modalidade de intervenção de terceiros provocada.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 125, I, do CPC: Art. 125. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes: I - ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 128, parágrafo único, do CPC: Parágrafo único. Procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 125, caput, do CPC: Art. 125. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:

A alternativa E está incorreta. Conforme previsto no artigo 125, §2º, do CPC: § 2º Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.

QUESTÃO 18. Caio propôs ação de cobrança em face de Tício, pleiteando a condenação deste a lhe pagar obrigação derivada de contrato por ambos celebrado.

Regularmente citado, Tício apresentou contestação, alegando já ter pago a dívida e pugando, assim, pela improcedência do pedido.

Analisando as provas constantes dos autos, o juiz da causa julgou procedente o pedido, em sentença que foi alvo de recurso de apelação interposto por Tício. Não obstante, ao julgar o apelo, o órgão ad quem negou-lhe provimento em acórdão que logo depois transitou em julgado. Inaugurada a fase de cumprimento de sentença, Tício foi intimado a pagar a obrigação, tendo, no prazo legal, ofertado impugnação à pretensão executiva de Caio.

Como fundamentos de sua impugnação ao cumprimento de sentença, Tício sustentou a prescrição do direito de crédito do autor, matéria que, embora não tivesse arguido na contestação, não estaria sujeita, segundo alegou, à preclusão, até porque cognoscível ex officio pelo órgão judicial.

Além disso, aludiu o devedor ao excesso de execução, embora sem ter indicado o valor que entendia correto, tampouco havendo feito tal indicação depois de o juiz lhe ter concedido nova oportunidade para tanto. Nesse contexto, é correto afirmar que o juiz:

- a) pode conhecer dos dois fundamentos alegados na impugnação ao cumprimento de sentença;**
- b) não pode conhecer de nenhum dos fundamentos alegados na impugnação ao cumprimento de sentença;**
- c) pode conhecer do fundamento da prescrição, mas não do excesso de execução;**

- d) pode conhecer do fundamento do excesso de execução, mas não da prescrição;**
e) não pode conhecer do fundamento da prescrição, mas sim do excesso de execução, desde que determine a prévia remessa dos autos à Central de Cálculos Judiciais do tribunal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Conforme previsto no artigo 525, §1º, VII, do CPC: § 1º Na impugnação, o executado poderá alegar: VII - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.

Ademais, preveem os §§4º e 5º do aludido dispositivo que: § 4º Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprilhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo. § 5º Na hipótese do § 4º, não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o seu único fundamento, ou, se houver outro, a impugnação será processada, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução

Por esses motivos, a alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 19. Sobre a produção antecipada de prova, é correto afirmar que:

- a) a critério do autor, pode ser ajuizada no foro de seu domicílio;**
b) previne a competência para o ajuizamento da ação principal;
c) é cabível quando o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação;
d) se existente caráter contencioso, o juiz determinará a intimação dos interessados para se manifestarem, no prazo de cinco dias, quanto à produção da prova ou ao fato a ser provado;
e) a sentença não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, mas sim sobre as respectivas consequências jurídicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 381, §2º, do CPC: § 2º A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 381, §3º, do CPC: § 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 381, inciso II, do CPC: Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: [...] II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.

A alternativa D está incorreta. O procedimento de produção antecipada de provas não possui caráter contencioso, conforme dispõe o artigo 381, §5º, do CPC: § 5º Aplica-se o disposto nesta Seção àquele que pretender justificar a existência de algum fato ou relação jurídica para simples documento e sem caráter contencioso, que exporá, em petição circunstanciada, a sua intenção.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o artigo 382, §2º, do CPC: § 2º O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas.

QUESTÃO 20. Sobre a capacidade processual, é correto afirmar que:

- a) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado;
- b) em caso de união estável, não há a necessidade da autorização do outro cônjuge para propor ação que verse sobre direito real imobiliário;
- c) a pessoa jurídica será representada judicialmente por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seu sócio majoritário;
- d) os Estados não poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias;
- e) a associação sem personalidade jurídica poderá opor como matéria de defesa a irregularidade de sua constituição quando demandada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do artigo 73, §2º, do CPC: § 2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 73 do CPC: Art. 73. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

Por sua vez, estabelece o §3º do aludido dispositivo que: § 3º Aplica-se o disposto neste artigo à união estável comprovada nos autos

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 75, inciso VIII, do CPC: Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: [...] VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;

A alternativa D está incorreta. Dispõe o artigo 75, §4º, do CPC: § 4º Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 75, §2º, do CPC: § 2º A sociedade ou associação sem personalidade jurídica não poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.

QUESTÃO 21. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas será exercida em juízo a título coletivo quando se tratar de interesses ou direitos (i) difusos, (ii) coletivos ou (iii) individuais homogêneos.

Consoante a categorização acima, o legislador, no Código de Defesa do Consumidor, atribuiu efeitos distintos à coisa julgada nas ações coletivas.

Nesse sentido, a sentença fará coisa julgada:

I. **ultra partes**, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, quando se tratar de interesses ou direitos coletivos;

II. **erga omnes**, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos;

III. **erga omnes**, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, quando se tratar de interesses ou direitos difusos.

Está correto o que se afirma em:

a) somente I;

b) somente II;

c) somente I e III;

d) somente II e III;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois está de acordo com o disposto no art. 103 do CDC: “Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: **I - erga omnes**, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81; **II - ultra partes**, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81; **III - erga omnes**, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81”.

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 22. Reinaldo trabalha há quinze anos na sociedade X, que contratou plano de saúde em favor de todos os seus empregados. As mensalidades eram suportadas pela empresa. Os empregados, a seu turno, contribuíam com uma porcentagem dos procedimentos cirúrgicos e das internações a que se submetessem.

Em caso de demissão sem uita causa, Reinaldo:

a) poderá se manter no plano de saúde, desde que assuma o integral pagamento das mensalidades, por até um terço do período em que trabalhou na sociedade X;

b) poderá se manter no plano de saúde, ainda sob o custeio da estipulante, por até um terço do período em que trabalhou na sociedade X;

c) poderá se manter no plano de saúde, desde que assuma o integral pagamento das mensalidades, por até vinte e quatro meses;

d) poderá se manter no plano de saúde, desde que assuma o integral pagamento das mensalidades, indefinidamente, até que adira a outro contrato ou manifeste sua renúncia;

e) não poderá se manter no plano de saúde, ainda que se disponha a assumir o integral pagamento das mensalidades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois no caso do enunciado quem custeava com as mensalidades era a empresa e não os empregados, que contribuíam apenas com porcentagem dos procedimentos cirúrgicos.

Assim, no caso presentes não se aplica o art. 30 da Lei n.º 9.656/1998: Art. 30. Ao consumidor que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral”.

Essa distinção, inclusive, já foi observada pelo STJ “[...] Dessa forma, assegura-se ao usuário, ex-empregado, o direito de manutenção previsto no artigo 30 da Lei 9.656/1998, direito que seria inaplicável caso o contrato fosse equiparado a coletivo por adesão”. (Decisão proferida em 16/9/2022, 3ª Turma do STJ, número do processo não divulgado em razão do segredo de justiça).

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas, pois não é possível que Reinaldo permaneça no plano após o fim do contrato de trabalho.

QUESTÃO 23. João processa dr. Jovair por erro médico que causou a morte de sua mãe.

No despacho saneador, o juiz decide os seguintes pontos:

(i) inverte, ope judicis, o ônus da prova, sob a fundamentação de estarem presentes os requisitos da verossimilhança e da hipossuficiência técnica do consumidor;

(ii) indefere a inversão do custeio da imprescindível prova pericial, sem prejuízo de advertir o réu de que, caso as honorários não sejam pagos, ele suportara as consequências processuais;

(iii) recebe o pedido de denunciação à lide da seguradora do médico como chamamento ao processo, para adequar o pleito ao que é expressamente admitido pelo Código de Defesa do Consumidor.

A luz das disposições concernentes à defesa do consumidor em juízo, com a interpretação que lhes dá o Superior Tribunal de Justiça, o juiz decidiu e fundamentou corretamente em:

a) todos os pontos;

b) somente (ii) e (iii);

c) somente (i) e (ii);

d) somente (iii);

e) somente (ii).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, tendo em vista que somente os itens (ii) e (iii) estão corretos.

O item I está incorreto, pois no caso do erro médico, ocorre a responsabilidade civil pelo fato do serviço. Assim, a inversão do ônus da prova opera como regra de julgamento e não regra de instrução. Assim, a inversão do ônus da prova na hipótese é ope legis e encontra fundamento do art. 14, § 3º, do CDC: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição

e riscos. [...] § 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro”.

O item II está correto, pois o STJ possui entendimento pacificado no sentido de que, nas relações de consumo, a responsabilidade pelo custeio da prova pericial é do autor da ação. Ao analisar casos recentes, o Tribunal da Cidadania decidiu que, mesmo nos casos em que compete ao réu provar sua defesa (inversão do ônus da prova), não se pode obrigá-lo a arcar com os gastos decorrentes de prova pericial solicitada pelo autor da ação.

O item III está correto, pois é possível que o juiz converta a denúncia à lide em chamamento ao processo, aplicando a fungibilidade, de modo que existem precedentes do STJ autorizando a denúncia em benefício do consumidor.

Assim, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 24. Um juiz instaurou processo de repactuação de dívidas a requerimento de consumidor superendividado.

Sobre essa audiência e a eventual conciliação dela decorrente, é correto afirmar que:

a) a audiência terá a presença compulsória de todos os credores por dívidas decorrentes de relações de consumo, incluindo operações de crédito, compras a prazo, serviços de prestação continuada e financiamentos imobiliários;

b) o não comparecimento injustificado de qualquer credor, ou de seu procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação acarretará a suspensão da exigibilidade do débito por até cento e oitenta dias e a interrupção dos encargos da mora pelo mesmo período;

c) no caso de conciliação na audiência do consumidor com qualquer credor, a sentença judicial que homologar o acordo descreverá o plano de pagamento da dívida e terá eficácia de título executivo e força de coisa julgada;

d) se não houver êxito na conciliação em relação a quaisquer credores, o juiz, de ofício ou a pedido do consumidor, instaurará processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório;

e) o pedido do consumidor de repactuação de dívidas não importará em declaração de sua insolvência civil e poderá ser repetido logo após a liquidação das obrigações previstas no plano de pagamento, se homologado, sem prejuízo de eventual repactuação entre os transatores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme se infere do art. 104-A, § 3º, do CDC: “Art. 104-A [...] § 3º No caso de conciliação, com qualquer credor, a sentença judicial que homologar o acordo descreverá o plano de pagamento da dívida e terá eficácia de título executivo e força de coisa julgada”.

A alternativa A está incorreta, pois os financiamentos imobiliários estão excluídos do processo de repactuação de dívidas, vide art. 104-A, § 1º, do CDC: “Art. 104-A [...] § 1º Excluem-se do processo de repactuação as dívidas, ainda que decorrentes de relações de consumo, oriundas de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de realizar pagamento, bem como as dívidas provenientes de contratos de crédito com garantia real, de financiamentos imobiliários e de crédito rural”.

A alternativa B está incorreta, pois na hipótese, a lei não prevê um prazo específico ou limite para a suspensão da exigibilidade dos débitos ou interrupção dos encargos de mora, conforme art. 104-A, § 2º, do CDC: “Art. 104-A [...] § 2º O não comparecimento injustificado de qualquer credor, ou de seu procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação de que trata o caput deste artigo acarretará a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora, bem como a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor, devendo o pagamento a esse credor ser estipulado para ocorrer apenas após o pagamento aos credores presentes à audiência conciliatória”.

A alternativa D está incorreta, pois a lei não prevê a possibilidade de o juiz, de ofício, instaurar o procedimento, conforme art. 104-B do CDC: “Art. 104-B. Se não houver êxito na conciliação em relação a quaisquer credores, o juiz, a pedido do consumidor, instaurará processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório e procederá à citação de todos os credores cujos créditos não tenham integrado o acordo porventura celebrado”.

A alternativa E está incorreta, pois o pedido somente poderá ser repetido após dois anos da liquidação e não logo após a liquidação, conforme art. 104-A, § 5º, do CDC: “Art. 104-A [...] § 5º O pedido do consumidor a que se refere o caput deste artigo não importará em declaração de insolvência civil e poderá ser repetido somente após decorrido o prazo de 2 (dois) anos, contado da liquidação das obrigações previstas no plano de pagamento homologado, sem prejuízo de eventual repactuação”.

QUESTÃO 25. A Lei nº 12.414/2011, sem prejuízo das disposições do Código de Defesa do Consumidor, disciplina a formação e consulta a bancos de dados instituídos ou mantidos por pessoas jurídicas de direito privado, com informações de adimplemento de pessoas naturais ou jurídicas para formação de histórico de crédito.

Um dos conceitos trazidos pela Lei é o de fonte, isto é, a pessoa natural ou jurídica que conceda crédito, administre operações de autofinanciamento ou realize venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que lhe impliquem risco financeiro, inclusive as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os prestadores de serviços continuados de água, esgoto, eletricidade, gás, telecomunicações e semelhantes.

As fontes são obrigadas a:

- a) manter os registros adequados para demonstrar que a pessoa natural ou jurídica autorizou o envio e a anotação de informações em bancos de dados;**
- b) verificar e confirmar, ou corrigir, em prazo não superior a 24 horas, informação impugnada, sempre que solicitado por gestor de banco de dados ou diretamente pelo cadastrado;**
- c) atualizar e corrigir informações enviadas aos gestores de bancos de dados, em prazo não superior a sete dias;**
- d) comunicar os gestores de bancos de dados acerca de eventual exclusão ou revogação de autorização do cadastrado;**
- e) não estabelecer políticas ou realizar operações que impeçam, limitem ou dificultem a transmissão a banco de dados de informações de cadastrados.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme dispõe o art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 12.414/2011: “Art. 8º [...] Parágrafo único. É vedado às fontes estabelecer políticas ou realizar operações que impeçam, limitem ou dificultem a transmissão a banco de dados de informações de cadastrados”.

A alternativa A está incorreta. O teor da alternativa era justamente a redação do inciso I do art. 8º da Lei nº 12.414/2011, que foi revogado pela Lei Complementar nº 166/2019.

A alternativa B está incorreta, pois o prazo é de até 2 (dois) dias úteis e não 24 horas, conforme art. 8º, III, da Lei nº 12.414/2011: “Art. 8º São obrigações das fontes: [...] III - verificar e confirmar, ou corrigir, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, informação impugnada, sempre que solicitado por gestor de banco de dados ou diretamente pelo cadastrado”.

A alternativa C está incorreta, pois o prazo é de 10 (dez) e não 7 (sete) dias, conforme art. 8º, IV, da Lei nº 12.414/2011: “Art. 8º São obrigações das fontes: [...] IV - atualizar e corrigir informações enviadas aos gestores, em prazo não superior a 10 (dez) dias”.

A alternativa D está incorreta. O teor da alternativa era justamente a redação do inciso II do art. 8º da Lei nº 12.414/2011, que foi revogado pela Lei Complementar nº 166/2019.

QUESTÃO 26. Fabrícia dá à luz a criança do sexo masculino e comunica à assistente social da maternidade, Fátima, que quer entregar seu filho em adoção e que deseja exercer o direito ao sigilo quanto à entrega. Fátima comunica o fato à Vara da Infância e Juventude que, através de sua equipe técnica, realiza o atendimento de Fabrícia, encaminhando-a, com autorização do juiz e mediante a sua concordância, para atendimento pelas redes municipais de saúde e de assistência social. O magistrado designa audiência para colher a manifestação de vontade de Fabrícia, que, devidamente acompanhada de defensor público, reafirma o desejo de entregar o filho em adoção, reitera o pedido de sigilo e não informa o nome do suposto genitor da criança. Agindo de ofício, o juiz realiza a pesquisa cadastral e contata os pais de Fabrícia, consultando-os sobre o interesse em exercerem a guarda do neto.

Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- a) a família extensa da criança deve ser consultada independentemente da manifestação de vontade da genitora, em observância ao direito da criança de viver com sua família biológica;**
- b) no presente caso, o juiz extinguirá o poder familiar de Fabrícia, ressalvado o direito de arrependimento, pelo prazo de dez dias, contados da prolação da sentença;**
- c) o Ministério Público deverá ingressar com ação de investigação de paternidade, a fim de apurar a identidade do suposto genitor da criança;**
- d) Fabrícia é obrigada a informar o nome do suposto genitor da criança, sob pena de cometimento de infração administrativa às normas do ECA;**
- e) o Ministério Público deverá propor ação de destituição do poder familiar em face de Fabrícia, em razão do abandono da criança.**

Comentários

A alternativa correta conforme a banca é a **letra B**. Contudo, compreendemos que a alternativa **letra A** também está correta. Passamos a analisar a questão.

A alternativa A está correta. A questão exige o disposto na lei, ou seja, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, o art. 19-A, §3º, do ECA determina que: A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período”.

Em momento algum a lei fala em manifestação de vontade da mãe para a justiça buscar a família extensa. Não é uma condicionante, um requisito.

A alternativa B está correta conforme o gabarito da banca. Contudo, comporta divergência, pois o rito do artigo 19-A não fala na possibilidade de arrependimento dos pais após sentença de extinção do poder familiar.

Portanto, essa questão é passível de recurso, pois o examinador deixa “considerando-se o disposto na lei”. Portanto, eventuais entendimentos doutrinários ou jurisprudenciais em sentido contrário não podem ser considerados.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário das letras A e B.

QUESTÃO 27. Adélia, conselheira tutelar, recebe notificação compulsória, encaminhada pela Clínica da Família, comunicando a suspeita de maus-tratos praticados contra a criança recém-nascida Bianca que se encontra em serviço de acolhimento institucional municipal há dois meses. Segundo o relato, a criança apresenta fratura no fêmur, causada por lesão ocorrida há menos de dez dias. Ao ter ciência dos fatos e tendo em vista a suspeita de que o dirigente do serviço de acolhimento poderia ter ocasionado a lesão em Bianca, o Conselho Tutelar ajuíza representação para apuração de Irregularidade em entidade de atendimento à criança e ao adolescente. Ao receber a inicial, o juiz da Infância e da Juventude determina, liminarmente, o afastamento provisório do dirigente da entidade.

Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- a) o Conselho Tutelar não pode ajuizar representação no caso narrado, devendo noticiar os fatos ao Ministério Público, para adoção das medidas cabíveis;
- b) a mera suspeita de violação de direitos da criança não é suficiente para embasar notificação compulsória ao Conselho Tutelar, devendo haver prova da ocorrência dos fatos;
- c) a autoridade judiciária oficiará à autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, marcando prazo para a substituição;
- d) no procedimento narrado, são legitimados a propor Representação somente o Ministério Público ou terceiro interessado, observado o direito do dirigente à ampla defesa;
- e) em observância ao princípio do devido processo legal, é incabível o afastamento liminar do dirigente da entidade no referido procedimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda sobre a apuração de irregularidades em entidade de atendimento.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário, o Conselho Tutelar é defeso a representação em procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental, conforme o art. 191, caput.

A alternativa B está incorreta. As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, devem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos, conforme prevê o art. 94-A do ECA.

A alternativa C está correta. Conforme previsão expressa do art. 191, §2º do ECA, em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade

judiciária oficiará à autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, marcando prazo para a substituição.

A alternativa D está incorreta. A representação não é exclusividade do Ministério Público. O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutela (art. 191 do ECA).

A alternativa E está incorreta. Mediante decisão fundamentada, será possível o afastamento provisório do dirigente da referida entidade (art. 191, parágrafo único, do ECA).

QUESTÃO 28. Juliano, adolescente de 14 anos, pratica ato infracional análogo a crime de furto. Após apresentação ao Ministério Público e realização da oitiva informal, o promotor de Justiça concede remissão ao adolescente, submetendo o procedimento à apreciação da autoridade judiciária, para fins de homologação. O juiz da Infância e da Juventude discorda da remissão concedida, entendendo que a hipótese enseja o oferecimento de Representação em face do adolescente pelo Ministério Público. O processo é remetido ao procurador-geral de Justiça, que ratifica a remissão concedida pelo promotor de Justiça, remetendo os autos ao magistrado.

Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- a) o procurador-geral de Justiça não possui atribuição no caso narrado, cabendo ao magistrado devolver o processo ao promotor de Justiça, para que ofereça Representação;
- b) o ato infracional análogo a furto, por ser praticado sem grave ameaça ou violência à pessoa, não pode ensejar o oferecimento de Representação em face do adolescente;
- c) a remissão é faculdade procedimental exclusiva do Ministério Público, inexistindo a previsão legal de sua concessão pelo Juiz;
- d) no caso narrado, após a devolução dos autos pelo procurador-geral de Justiça, estará a autoridade judiciária obrigada a homologar a remissão;
- e) a remissão prevalece para efeito de antecedentes infracionais, podendo incluir a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Em caso de discordância, a autoridade judiciária deverá remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça, conforme determina o art. 181, §2º do ECA.

A alternativa B está incorreta. Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, o representante do Ministério Público poderá representar à autoridade judiciária para aplicação de medida sócio-educativa (art. 180, III, do ECA).

A alternativa C está incorreta. A remissão não é faculdade procedimental exclusiva do Ministério Público. O Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, mas não de maneira exclusiva. A concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo (art. 126, parágrafo único).

A alternativa D está correta. Essa é a determinação contida expressamente no art. 181, §2º do ECA, em que diz o seguinte: Art. 181. Promovido o arquivamento dos autos ou concedida a remissão pelo representante do Ministério Público, mediante termo fundamentado, que conterá o resumo dos

fatos, os autos serão conclusos à autoridade judiciária para homologação (...) §2º Discordando, a autoridade judiciária fará remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, mediante despacho fundamentado, e este oferecerá representação, designará outro membro do Ministério Público para apresentá-la, ou ratificará o arquivamento ou a remissão, que só então estará a autoridade judiciária obrigada a homologar.

A alternativa E está incorreta. A remissão não prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação (art. 127).

QUESTÃO 29. Yago, adolescente de 17 anos, cumpre medida socioeducativa de internação, pela prática de ato infracional análogo a latrocínio. Após completar 18 anos, Yago evade-se da unidade de internação e pratica crime de roubo qualificado, sendo preso em flagrante por policiais militares. Realizada a audiência de custódia, o juiz criminal decreta a prisão preventiva de Yago, comunicando o fato ao juiz da Infância e da Juventude.

Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA) e na Lei n 12.594/2012 (Sinase), é correto afirmar que:

- a) a medida socioeducativa está pendente de cumprimento por Yago, pois somente a aplicação de pena privativa em execução definitiva é causa de extinção da referida medida;
- b) caberá ao juiz da Infância e da Juventude decidir sobre eventual extinção da execução da medida socioeducativa, uma vez que Yago responde a processo-crime;
- c) a medida socioeducativa será declarada extinta, em razão da prisão preventiva de Yago decretada pelo Juízo Criminal na audiência de custódia;
- d) a prisão preventiva decretada pelo Juízo Criminal é nula, pois Yago encontra-se em cumprimento de medida socioeducativa de internação, devendo ser apresentado ao juiz da Infância e da Juventude;
- e) considerando que Yago é adolescente, a ele somente poderá ser aplicada medida socioeducativa pelo roubo qualificado praticado.

Comentários

A alternativa correta pela banca é a **letra C**. Contudo, essa questão também é passível de recurso, pois a **letra B** também está correta.

A alternativa B está correta, pois conforme previsão expressa do artigo 46, §1º, do SINASE, caberá à autoridade judiciária decidir sobre eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente em caso de maior de 18 (dezoito) anos, em cumprimento de medida socioeducativa, respondendo a processo-crime.

Analise, se não fosse possível a continuidade à medida socioeducativa, não haveria razão de ser para o previsto no artigo 46, §2º, vejamos: § 2º Em qualquer caso, o tempo de prisão cautelar não convertida em pena privativa de liberdade deve ser descontado do prazo de cumprimento da medida socioeducativa).

Ora, se cabe este desconto, é porque a prisão preventiva não necessariamente faz extinguir a medida socioeducativa, havendo a necessidade de se submeter a hipótese ao juiz de direito para que ele, fundamentadamente, decida a respeito.

A alternativa C está correta para a banca examinadora. Contudo, configura violação ao SINASE ao afirmar que a medida socioeducativa será declarada extinta.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários das alternativas B e C.

QUESTÃO 30. Deise, psicóloga do centro municipal integrado de atendimento al vítimas de violência, realiza a escuta especializada de Mirela, criança de 6 anos diagnosticada com infecção sexualmente transmissível, decorrente de abuso sexual sofrido na escola. Após o atendimento, Deise notifica o Conselho Tutelar acerca do caso. O conselheiro Jefferson efetua o registro de ocorrência em sede policial, encaminha Mirela e seus pais ao CREAS e requisita atendimento psicológico continuado para a criança na rede municipal de saúde. Ao receber o inquérito policial, o promotor de Justiça criminal requisita o retorno de Mirela ao centro municipal integrado, a fim de que a psicóloga realize nova escuta especializada com a criança, para fins de apuração da autoria do crime e circunstâncias em que foi praticado.

Considerando o disposto na Lei nº 13.431/2017 e no Decreto nº 9.603/2018, é correto afirmar que:

- a) a diligência requisitada pelo promotor de Justiça deverá ser cumprida em sede policial, com a realização de nova escuta especializada da criança pelo delegado de Polícia Civil;
- b) a requisição ministerial se traduz na coleta de depoimento especial da criança, a ser realizado pela psicóloga no centro municipal de atendimento;
- c) ao contrário do depoimento especial, a realização de sucessivas escutas especializadas é autorizada por lei, a fim de apurar a autoria do fato e oferecer a proteção integral à criança;
- d) a escuta especializada não tem o escopo de produzir prova para o processo de investigação e tem como finalidade a oferta de proteção social e de provimento de cuidados;
- e) caberá ao Ministério Público propor ação cautelar de antecipação de provas visando viabilizar a realização de escuta especializada da criança perante o Juízo Criminal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Conforme assegura o art. 9º, §1º, II do Decreto nº 9.603/2018, a escuta especializada deverá ser feita nos órgãos do sistema de proteção, formada por profissionais da educação e da saúde, conselhos tutelares, serviços de assistência social, entre outros.

A alternativa B está incorreta. O depoimento especial será conduzido por autoridades capacitadas, cuja oitiva do depoimento será realizada em ambiente adequado ao desenvolvimento da criança ou do adolescente (art. 26 do Decreto nº 9.603/2018).

A alternativa C está incorreta. Primeiramente, para o depoimento especial acontecer, deverá ser analisada a sua indispensabilidade frente às demais provas já obtidas, para que a saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social da criança ou adolescente sejam preservados (art. 22, §2º). A escuta especializada também será limitada à estrita necessidade para o cumprimento da finalidade de proteção social e de provimento de cuidados da criança e do adolescente (art. 19).

A alternativa D está correta. A escuta especializada é o procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima ou da testemunha de violência, para a superação das consequências da violação sofrida, limitado ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção social e de provimento de

cuidados, não possuindo o escopo de produzir prova para o processo de investigação e de responsabilização, e fica limitada estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade de proteção social e de provimento de cuidados, conforme prevê o art. 19, §4º.

A alternativa E está incorreta. A autoridade policial requisitará à autoridade judicial responsável, em qualquer momento dos procedimentos de investigação e responsabilização dos suspeitos, as medidas de proteção pertinentes, podendo, inclusive, representar ao Ministério Público para propor ação cautelar de antecipação de prova, conforme prevê o art. 20, VI da Lei nº 13.431/2017.

QUESTÃO 31. Felisberto é condenado, por sentença definitiva, a uma pena de 1 ano de reclusão, em regime inicialmente aberto, a qual é substituída por uma pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo prazo. Decorridos 5 meses do início da execução da citada pena, sobrevém nova condenação definitiva, a uma pena de 6 anos de reclusão, em regime inicialmente semiaberto.

Diante do caso narrado, o juiz da execução penal deverá:

a) manter a pena restritiva de direitos, pois sua execução é compatível com o regime prisional fixado na nova condenação;

b) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;

c) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;

d) converter a pena restritiva de direitos em prisão albergue domiciliar, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes;

e) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois reflete o entendimento que prevalece no STJ: “[...] havendo nova condenação no curso da execução e não sendo compatível o cumprimento concomitante das reprimendas privativas de liberdade com as restritivas de direitos, posteriormente impostas, faz-se necessária a unificação das penas”. (REsp n.º 1.728.864/MG, Relator Ministro Jorge Mussi, 5ª Turma, julgado em 17/5/2018). Como a 2ª condenação foi à pena de 6 anos de reclusão, cujo regime inicial é o semiaberto, a pena restritiva de direitos é com tal regime incompatível, razão pela qual deve ser novamente convertida em privativa de liberdade, deduzindo-se o período já efetivamente cumprido.

A alternativa A está incorreta, pois a pena restritiva de direitos não é compatível com o regime semiaberto.

A alternativa B está incorreta, pois o tempo já cumprido de pena restritiva de direitos deve ser computada e deduzida da pena restante a ser reconvertida.

A alternativa D está incorreta, pois a conversão da pena restritiva de direitos deve ser para a pena originalmente imposta, a saber, a pena de reclusão.

A alternativa E está incorreta, pois a pena restritiva de direitos não pode ser desprezada quando da reconversão, devendo ser computada e abatida no cálculo para fins de unificação das penas.

QUESTÃO 32. Gertrudes, cuidadora de um idoso em recuperação de acidente vascular cerebral, com graves limitações em sua locomoção e acamado, ao tomar conhecimento de que ele tem uma grande quantia depositada em caderneta de poupança, passa a lhe aplicar choques elétricos, para que ele lhe informe a senha bancária, com a qual pretende sacar ou transferir dinheiro da citada conta em seu benefício. Sem obter a informação pretendida, Gertrudes persiste nos choques elétricos, provocando convulsões na vítima, que desfalece, com parada cardiorrespiratória, resultado não buscado nem assentido por Gertrudes, a qual tenta, sem êxito, reanimá-lo, vindo ele a óbito.

Diante do caso narrado, o crime cometido por Gertrudes foi o de:

- a) tortura qualificada pela morte;
- b) extorsão qualificada pela morte;
- c) maus-tratos a pessoa idosa, qualificados pela morte;
- d) extorsão qualificada pela morte, na forma tentada;
- e) tortura, com a pena aumentada, por ter sido praticada contra pessoa maior de 60 anos de idade, e homicídio culposo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. O crime de extorsão possui previsão no art. 158 do CP: “Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa”.

O § 2º do art. 158 do CP dispõe: “Art. 158 [...] § 2º - Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior”. Isto é, se o resultado da violência for lesão corporal grave ou morte, aplica-se a pena referente ao latrocínio.

Trata-se da figura qualificada da extorsão: “Art. 157 [...] § 3º Se da violência resulta: I – lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, e multa; II – morte, a pena é de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa”.

No caso do enunciado, o intuito de Gertrudes era obter a vantagem, tendo utilizado violência física para isso (choques elétricos) e muito embora não quisesse o resultado morte, assumiu o risco de produzi-lo, considerando o estado de saúde da vítima, idoso em recuperação de AVC.

A alternativa A está incorreta, pois o intuito de Gertrudes era obter a vantagem e não tão somente provocar choques elétricos na vítima. O crime de tortura não exige do agente uma finalidade acessória a ser alcançada com a prática da violência, como é o caso narrado no enunciado, vejamos o que dispõe o art. 1º da Lei nº 9.455/1997: “Art. 1º Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; c) em razão de discriminação racial ou religiosa; II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Pena - reclusão, de dois a oito anos”. Daí porque não se está diante de tortura, mas de extorsão, crime contra o patrimônio.

A alternativa C está incorreta. O crime de maus-tratos contra idoso, qualificado pela morte, está previsto no art. 99, § 2º, do Estatuto do Idoso: “Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, da pessoa idosa, submetendo-a a condições desumanas ou degradantes ou privando-a de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-a a trabalho

excessivo ou inadequado: [...] § 2º Se resulta a morte: Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos”. O tipo penal também não exige uma finalidade específica do agente, razão pela qual, de igual modo, não se aplica à hipótese do enunciado, em que Gertrudes pretendia a obtenção de vantagem econômica.

A alternativa D está incorreta, pois o crime se consumou com a morte do idoso, logo, não há o que se falar em tentativa.

A alternativa E está incorreta, pois conforme comentário à alternativa B, não houve tortura na hipótese narrada. Além disso, não há figura autônoma do crime de homicídio, tendo em vista que além de ter sido doloso (dolo eventual), ele serviu como qualificadora do crime de extorsão praticado.

QUESTÃO 33. Kátia, proprietária de uma casa de veraneio, é informada por uma vizinha de que populares estão invadindo seu quintal, para fazer uso da piscina, aproveitando-se de sua ausência. Para pôr fim ao abuso, Kátia instala um dispositivo que eletrifica a água da piscina, por ela acionado sempre que está ausente. O dispositivo em questão não é visível, tampouco existe no local qualquer aviso sobre o risco de se entrar na piscina. Alguns dias depois, um adolescente pula o muro do quintal da residência de Kátia, então ausente, e, ao mergulhar na piscina, recebe forte descarga elétrica, que o faz desfalecer, vindo ele a morrer afogado.

Diante do caso narrado, a correta adequação típica do fato é:

- a) fato atípico;**
- b) homicídio;**
- c) fato típico, porém lícito, pois praticado em legítima defesa;**
- d) fato típico, porém lícito, pois praticado em estado de necessidade;**
- e) fato típico, porém lícito, pois praticado no exercício regular de direito.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, uma vez que a conduta de eletrificar a água piscina sem nenhuma sinalização ou aviso não constitui exercício regular de direito, por meio do uso de ofendículo, mas verdadeira conduta dolosa (dolo eventual) apta a provocar o resultado morte.

A alternativa A está incorreta, pois o fato em si foi típico, conforme comentário anterior.

A alternativa C está incorreta, pois a legítima defesa se configura quando alguém usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem (art. 25 do CP), o que não foi o caso.

A alternativa D está incorreta, pois age em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, o que não foi o caso, uma vez que, quando Kátia eletrificou a piscina, não havia sequer perigo atual.

A alternativa E está incorreta, pois como já dito, a forma como Kátia agiu, ao eletrificar a piscina e não colocar qualquer advertência no local, não visava qualquer finalidade preventiva, desbordando, pois, dos limites do exercício regular de direito através do uso de ofendículos.

QUESTÃO 34. Homero, ex-namorado de Ilma, ao tomar conhecimento de que ela está grávida de um filho dele, decide matá-la, razão pela qual a convida para uma conversa particular em sua residência, sob o pretexto de que gostaria de combinar com ela uma assistência, moral e material, durante a gestação. Ao chegar ao local combinado, Ilma é golpeada a pauladas por Homero, notadamente na cabeça, daí resultando sua morte e, conseqüentemente, a do feto.

Diante do caso narrado, a correta adequação típica do fato é:

- a) homicídio qualificado pela dissimulação;
- b) homicídio qualificado pela dissimulação e pelo emprego de meio cruel;
- c) homicídio qualificado pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio);
- d) homicídio qualificado pela dissimulação, pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio), e aborto provocado por terceiro;
- e) homicídio qualificado pela dissimulação, pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio), com a pena aumentada por ter sido o crime cometido durante a gestação, e aborto provocado por terceiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme art. 121, § 2º, III, IV e VI, e § 7º, I e art. 125, todos do CP: “Art. 121. Matar alguém: [...] § 2º Se o homicídio é cometido: [...] III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; [...] VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto [...] Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de três a dez anos”.

A alternativa A está incorreta, pois além da qualificadora da dissimulação, há também a do meio cruel e do feminicídio, além da causa de aumento em razão da gestação e do crime de aborto provocado por terceiro.

A alternativa B está incorreta, pois além da qualificadora da dissimulação e do meio cruel, há também a do feminicídio, além da causa de aumento em razão da gestação e do crime de aborto provocado por terceiro.

A alternativa C está incorreta, pois além da qualificadora do meio cruel e do feminicídio, há também a da dissimulação, além da causa de aumento em razão da gestação e do crime de aborto provocado por terceiro.

A alternativa D está incorreta, pois faltou somente a indicação da causa de aumento em razão da gestação, de modo que a alternativa E está mais completa.

QUESTÃO 35. São teorias adotadas no Código Penal em relação ao tempo e ao lugar de crime, respectivamente:

- a) da atividade e da territorialidade;

- b) da anterioridade e da territorialidade;
- c) da atividade e da ubiquidade;
- d) da temporariedade e da ubiquidade;
- e) da alteridade e mista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O Código Penal adotou como teorias para o lugar e tempo do crime, respectivamente, a teoria da ubiquidade (art. 6º do CP) e a teoria da ação (art. 4º do CP): “Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado”. “Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado”.

A teoria da ação considera praticado o crime no momento da conduta.

Já a teoria da ubiquidade, adotada para se estabelecer o local do crime, considera o crime praticado, tanto no lugar da conduta, como onde se produziu o resultado.

Assim, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 36. Em ação penal na qual se imputa ao réu a prática do crime de roubo na modalidade tentada, constam de sua Folha de Antecedentes Criminais as seguintes anotações, devidamente esclarecidas por certidões cartorárias: 1. condenação transitada em julgado, por crime de ameaça à pena de multa, cumprida 3 anos e 8 meses antes do prática do crime objeto do processo e 2. condenação transitada em julgado, por contravenção penal de exercício ilegal de profissão ou atividade, à pena de prestação pecuniária, cumprida 2 anos e 9 meses antes da prática do crime objeto do processo.

À vista das citadas anotações, é correto afirmar que:

- a) ambas as anotações geram reincidência, sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, caso esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;
- b) ambas as anotações geram reincidência, não sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, mesmo que esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;
- c) somente a anotação número 1 será reincidência, sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, caso esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;
- d) somente a anotação número 1 gera reincidência, não sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, mesmo que esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;
- e) nenhuma das anotações gera reincidência, sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, caso esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Nos termos do art. 63 do CP: “Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior”.

A anotação 1 constante na FAC do réu é apta a ensejar a reincidência, pois o crime foi praticado antes e houve sentença penal condenatória com trânsito em julgado e não houve o decurso do período depurador de 5 (cinco) anos.

Em pese a pena ter sido de multa, o STJ entende que é “[...] firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que a condenação anterior à pena de multa não afasta a reincidência”. (HC nº 95.389/SP, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª Turma, julgado em 20/10/2009, DJe de 23/11/2009).

No mesmo sentido entende a doutrina majoritária: “[...] a condenação anterior à pena de multa, a nosso juízo, não desnatura a reincidência, uma vez que o art. 63 não fala em condenação anterior à pena de prisão”. (BITENCOURT, Cezar Roberto. Código penal comentado. 7ª edição, São Paulo: Saraiva, 2012, p. 281).

Por seu turno, a anotação 2 constante da FAC do réu pois se atine a condenação por contravenção penal (e não por crime), razão pela qual, nos termos da literalidade do art. 63 do CP, não é considerada reincidência.

Assim, apenas a anotação 1 poderá ensejar reincidência.

Portanto, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 37. Caio, cuja habilitação para conduzir veículo automotor (CNH) está vencida há três meses, dirige seu automóvel, de forma atenta e prudente, ocasião em que um pedestre, inopinadamente, cruza a via pública à sua frente, em local impróprio para a travessia. Caio aciona imediatamente os freios do veículo, porém, o automóvel não para a tempo e acaba atropelando o pedestre, que fica gravemente ferido. Ato contínuo, para fugir às suas responsabilidades pelo acontecido, Caio tenta deixar o local, ainda na direção do veículo, sem prestar socorro à vítima do atropelamento. Porém, logo em seguida, alguns poucos metros à frente, seu automóvel para de funcionar, devido a danos sofridos no acidente. Caio abandona então o veículo e deixa o local a pé. Na sequência, populares acionam o serviço de atendimento médico urgente (Samu) e em 10 minutos chega ao local uma ambulância, que conduz o ferido a um hospital, onde é devidamente atendido, recebendo alta médica três dias depois.

Diante do caso narrado, o(s) crime(s) cometido(s) por Caio foram:

- a) fuga do local de acidente automobilístico e direção perigosa de veículo automotor sem habilitação;**
- b) omissão de socorro na condução de veículo automotor e fuga do local de acidente automobilístico;**
- c) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, omissão de socorro na condução de veículo automotor e fuga do local de acidente automobilístico;**
- d) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, com a pena aumentada, e direção perigosa de veículo automotor sem habilitação;**
- e) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, com a pena aumentada, omissão de socorro na condução de veículo automotor e fuga do local de acidente automobilístico.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois na hipótese Caio praticou os crimes previstos nos artigos 304 e 305 do CTB: “Art. 304. Deixar o condutor do veículo, na ocasião do sinistro, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública: Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa, se o fato não constituir elemento de crime mais grave. Parágrafo único. Incide nas penas previstas neste artigo o condutor do veículo, ainda que a sua omissão seja suprida por terceiros ou que se trate de vítima com morte instantânea ou com ferimentos leves”. “Art. 305. Afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída: Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa”.

É válido acrescentar que o crime do art. 305 do CTB, de acordo com o STF é constitucional: “A regra que prevê o crime do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) é constitucional, posto não infirmar o princípio da não incriminação, garantido o direito ao silêncio e ressalvadas as hipóteses de exclusão da tipicidade e da antijuridicidade”. (RE nº 971.959/RS, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 14/11/2018 (repercussão geral) (Info 923).

A alternativa A está incorreta, pois a conduta de Caio de dirigir com a CNH vencida não configura crime, uma vez que o art. 309 do CTB exige que o agente não possua CNH ou permissão, o que não é o caso, uma vez que Caio possui CNH, só que ela está vencida: “Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano: Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa”.

Além disso, o enunciado deixa claro que Caio trafegava com atenção e prudência, sendo que a vítima fez a travessia em trecho não apropriado, logo, não há qualquer indicativo de direção perigosa por parte de Caio.

As alternativas C, D e E estão incorretas, pois Caio, como já relatado, não agiu com dolo ou culpa, daí porque não há o que se falar em crime de lesão corporal na direção de veículo automotor.

QUESTÃO 38. Em ação penal na qual Bianca responde pelo crime de furto, cujas penas cominadas são de reclusão, de 1 a 4 anos e multa, consta dos autos laudo de exame de sanidade mental da ré, o qual conclui que, ao tempo do crime, ela, por perturbação da saúde mental, não possuía capacidade plena de autodeterminação, necessitando de tratamento curativo.

Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, o juiz deverá:

- a) condenar a ré, reduzindo a pena de reclusão, mas não a de multa, de um a dois terços;**
- b) absolver a ré, aplicando medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico;**
- c) condenar a ré, substituindo a pena de reclusão por medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico;**
- d) absolver a ré, aplicando medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou de submissão a tratamento ambulatorial;**
- e) condenar a ré, substituindo a pena de reclusão por medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou de submissão a tratamento ambulatorial.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, tendo em vista que o STJ admite a substituição da pena de reclusão por medida de segurança (internação em HCTP ou tratamento ambulatorial), o que se extrai também do art. 96 do CP: “Art. 98 - Na hipótese do parágrafo único do art. 26 deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º”.

A alternativa A está incorreta, pois a causa de diminuição do art. 26, parágrafo único, do CP, se estende à pena de multa também: “Art. 26 [...] Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”.

As alternativas B e D estão incorretas, pois a semi-imputabilidade não impõe a absolvição do réu, mas poderá apenas ensejar a incidência de causa de diminuição de pena ou critério para a aplicação de medida de segurança.

A alternativa C está incorreta, pois não necessariamente o juiz substituirá a pena de reclusão pela medida de segurança específica de tratamento em HCTP, podendo se valer da medida de tratamento ambulatorial.

QUESTÃO 39. Alberto, inspetor da Polícia Civil do Estado do Paraná, acompanhado de outro indivíduo, dirige-se a um depósito de bebidas, onde ordena ao gerente do estabelecimento que lhes entregue um caminhão e diversas mercadorias, sob o pretexto de que seu patrão estaria devendo dinheiro a um credor, a quem Alberto estaria representando. Na ocasião, Alberto se identifica como policial, exhibe, na cintura, sua arma funcional – uma pistola - e diz que, se não for atendido, "a coisa vai ficar feia". Temendo por sua vida, o gerente atende à determinação, mandando carregar um caminhão da empresa com diversas mercadorias, e entregando tudo a Alberto e ao outro agente, que deixam o local a bordo do veículo. Em verdade, a dívida em questão, embora tivesse existido, já estava paga, e Alberto não agiu a mando do alegado credor, mas por conta própria.

Diante do caso narrado, o crime cometido por Alberto foi o de:

- a) concussão;**
- b) estelionato;**
- c) extorsão;**
- d) roubo;**
- e) corrupção passiva.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

De acordo com o STJ: “A grave ameaça ou a violência não são elementares da concussão. Assim, **a exigência de vantagem indevida por funcionário público, ainda que no exercício da função, em tese configura extorsão (art. 158 do CP)**: 2. Ainda que a conduta delituosa tenha sido praticada por funcionário público, o qual teria se valido dessa condição para a obtenção da vantagem indevida, o crime por ele cometido corresponde ao delito de extorsão e não ao de concussão, uma vez configurado o emprego de grave ameaça, circunstância elementar do delito

de extorsão”. (HC nº 54.776/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª Turma, julgado em 18/9/2014, DJe 03/10/2014).

Assim, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 40. Em um processo criminal no qual o réu responde por crime de estelionato, praticado contra idoso, do qual resultou prejuízo de R\$ 1.500,00, restam demonstradas a autoria e a materialidade delitiva, apurando-se ainda que, depois do recebimento da denúncia, o réu ressarciu o lesado do prejuízo decorrente do crime.

Diante do caso narrado, o juiz deve:

a) absolver o réu, reconhecendo a falta de justa causa;

b) absolver o réu, reconhecendo a incidência do princípio da bagatela;

c) condenar o réu, reconhecendo a incidência de circunstância judicial favorável ao réu (consequências do crime) e de causa de aumento de pena (crime cometido contra idoso);

d) condenar o réu, reconhecendo a incidência de circunstância agravante (crime praticado contra maior de 60 anos) e de causa de diminuição de pena (arrepentimento posterior);

e) condenar o réu, reconhecendo a incidência de circunstância atenuante (ter o agente, antes do julgamento, reparado o dano) e de causa de aumento de pena (crime cometido contra idoso).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme se infere do art. 65, III, “b”, e art. 171, § 4º, ambos do CP.

O art. 65, III, “b”, do CP, dispõe sobre a atenuante da reparação do dano: “Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: [...] III - ter o agente: [...] b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano”.

Já o art. 171, § 4º, do CP, dispõe sobre a causa de aumento do estelionato praticado contra idoso: “Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis. [...] § 4º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso”.

A alternativa A está incorreta, pois o ressarcimento do dano na hipótese, não implica no perecimento da justa causa para o exercício da ação penal, de modo que poderá apenas ser levado em conta na 2ª fase da dosimetria da pena (como atenuante de pena). Ademais, o crime já havia se consumado, daí porque, a partir de então, já existe justa causa.

A alternativa B está incorreta, pois o princípio da bagatela (ou insignificância) se aplica em algumas hipóteses de crimes contra o patrimônio, desde que preenchidos alguns requisitos: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) a inexistência de periculosidade social na ação; c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada. De acordo com a jurisprudência do STJ, para se aplicar o princípio da bagatela, a lesão ao patrimônio não poderá ser superior a 10% do salário-mínimo (AgRg no REsp nº 1.992.226/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 14/11/2022 (Info Especial 10)). Assim, considerando que o valor da vantagem obtida supera 1 (um) salário-mínimo, não se aplica o princípio da bagatela.

A alternativa C está incorreta, pois reparação do dano não constitui circunstância judicial favorável ao acusado (1ª fase da dosimetria da pena), mas atenuante a ser valorada na 2ª fase da dosimetria da pena.

A alternativa D está incorreta, pois o fato de a vítima ser pessoa idosa já constitui causa de aumento de pena (art. 171, § 4º, do CP), devendo prevalecer o princípio da especialidade. Por outro lado, a reparação do dano constitui atenuante de pena a ser valorada na 2ª fase da dosimetria da pena e não causa de diminuição (3ª fase da dosimetria da pena).

QUESTÃO 41. Dario, usuário eventual de cocaína, pretendendo cometer um crime, faz uso da droga, para ficar mais "ligado". Na sequência, já com a capacidade de autodeterminação reduzida, e usando um simulacro de arma de fogo, rende Elisa, exigindo dela que lhe faça um Pix no valor de R\$ 2.000,00. Ao lhe passar os dados para a operação, contudo, Dario se confunde, fornecendo-lhe a chave Pix errada, vindo a transferência a ser feita para a conta bancária de um terceiro.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Dario cometeu crime de extorsão:

- a) com a pena agravada;
- b) na forma tentada;
- c) com a incidência de causa de aumento de pena;
- d) devendo as penas ser diminuídas, tendo em vista que ele estava com a capacidade de autodeterminação reduzida, em consequência do consumo de droga;
- e) na forma tentada, devendo a pena privativa de liberdade ser substituída por medida de segurança, pois ele estava com a capacidade de autodeterminação reduzida, em consequência do consumo de droga.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois na hipótese, o agente praticou o crime de extorsão na forma consumada, devendo incidir a agravante da embriaguez preordenada (1ª fase da dosimetria da pena), conforme art. 61, II, "I" c/c art. 158, ambos do CP: "Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: [...] II - ter o agente cometido o crime: [...] I) em estado de embriaguez preordenada". "Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa".

A alternativa B está incorreta, pois o crime de extorsão se consuma com o constrangimento realizado pelo agente em desfavor da vítima através do emprego da violência ou grave ameaça, seguida de uma conduta da vítima (realização da vontade do agente), sendo irrelevante a efetivação ou não da obtenção da vantagem pelo agente (mero exaurimento da conduta), conforme Súmula nº 96 do STJ: "O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida".

A alternativa C está incorreta, pois o uso de simulacro de arma de fogo não autoriza a incidência da causa de aumento do art. 158, § 1º, do CP, ante a ausência de efetivo potencial lesivo: "Art. 158 [...] § 1º - Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou **com emprego de arma**, aumenta-se a pena de um terço até metade".

A alternativa D está incorreta, pois o consumo do entorpecente pelo agente se deu com o intuito de encorajá-lo a praticar o crime, incidindo, assim, na hipótese, a teoria da actio libera in causa (ação livre na causa), nos termos do art. 28, II, do CP, devendo a pena ser agravada nos termos do art. 61, II, "I", do CP.

A alternativa E está incorreta, pois o crime se consumou e porque a embriaguez foi voluntária, de modo que não se afasta a imputabilidade penal do agente, na forma do art. 28, II, do CP: "Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal: [...] II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos".

QUESTÃO 42. A doutrina classifica os delitos em diversas categorias, assim procurando melhor compreendê-los. Considerando algumas das classificações existentes, são, respectivamente, delito de resultado, delito de lesão, delito permanente e delito omissivo próprio:

- a) concussão, furto, rufianismo e prevaricação;
- b) furto, dano, cárcere privado e omissão de socorro;
- c) roubo, lesão corporal, sequestro e homicídio por omissão;
- d) homicídio, autoaborto, perseguição e estupro por omissão;
- e) peculato, omissão de socorro, extorsão mediante sequestro e omissão de notificação de doença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois corresponde a única alternativa que contém as classificações dos crimes indicados em ordem correta.

O crime de furto é um delito de resultado, pois prevê como condição para a sua consumação a existência de um resultado naturalístico.

O crime de dano é um delito de delito de lesão, pois a sua prática provoca no mundo exterior a efetiva lesão física ao bem jurídico tutelado pela norma penal (patrimônio).

O crime de cárcere privado é um delito permanente pois a sua consumação se protraí no tempo e no espaço, enquanto o agente mantém a vítima sob o cárcere privado, restringindo a sua liberdade.

O crime de omissão de socorro é um delito omissivo próprio, uma vez que consiste em crime cuja prática exige um não fazer do agente para a sua configuração, isto é, de uma omissão propriamente dita.

A alternativa A está incorreta, pois a prática do crime de prevaricação pode ocorrer com um fazer ou deixar de fazer algo, logo, nem sempre será omissivo, vide o art. 319 do CP: "Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, **ou praticá-lo contra disposição expressa de lei**, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa".

A alternativa C e D estão incorretas, pois o homicídio ou aborto praticados por omissão (crime comissivo) na verdade configura um crime omissivo impróprio, pois se trata de um crime que, a rigor é praticado com uma ação, mas nas circunstâncias específicas, foi praticado por uma inação do agente.

A alternativa E está incorreta, pois o crime de omissão de socorro dispensa a existência efetiva lesão ao bem jurídico para a sua consumação, daí porque não é considerado um delito de lesão.

QUESTÃO 43. Leonardo, Rubens, Diego, João e Joaquim são investigados criminalmente em inquérito policial pelo fato de pertencerem a determinada organização criminosa destinada à prática dos delitos de estelionato, de roubo e de extorsão.

No tocante à investigação criminal e aos meios de obtenção da prova relativamente às organizações criminosas, é correto afirmar que:

a) poderá o juiz decretar de ofício a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;

b) poderá o Ministério Público deixar de oferecer denúncia se a proposta de acordo de colaboração premiada referir-se à infração de cuja existência tenha prévio conhecimento o colaborador e este for o líder da organização;

c) poderão o Ministério Público e os investigados pactuar, no acordo de colaboração premiada, a previsão de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória do acordo;

d) será o retardamento da intervenção policial, na ação controlada, comunicado previamente ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público;

e) poderá o juiz receber a denúncia com fundamento somente nas declarações do colaborador, bem como proferir sentença condenatória com base unicamente nas referidas declarações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta. A infiltração de agentes depende de representação do Delegado de Polícia ou de requerimento do Ministério Público, nos termos do artigo 10 da Lei n. 12.850/2013: Art. 10. A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 4º, §4º, da Lei n. 12.850/2013: §4º Nas mesmas hipóteses do caput deste artigo, o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se a proposta de acordo de colaboração referir-se a infração de cuja existência não tenha prévio conhecimento e o colaborador: I - não for o líder da organização criminosa.

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 4º, §7-B, da Lei n. 12.850/2013: § 7º-B. São nulas de pleno direito as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 8º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013: § 1º O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o artigo 4º, §16, da Lei n. 12.850/2013: § 16. Nenhuma das seguintes medidas será decretada ou proferida com fundamento apenas nas declarações do colaborador: I - medidas cautelares reais ou pessoais; II - recebimento de denúncia ou queixa-crime; III - sentença condenatória.

QUESTÃO 44. No tocante à determinação da competência para processar e julgar os feitos no processo penal, é correto afirmar que nos casos de:

- a) exclusiva ação privada, poderá o querelante preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração;
- b) conexão, no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores, haverá unidade de processo e julgamento;
- c) conexão, no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena menos grave;
- d) infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será determinada pelo domicílio da vítima;
- e) conexão ou continência, no concurso entre a jurisdição comum e a militar, haverá unidade de processo e julgamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do artigo 73 do Código de Processo Penal: Art. 73. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 79, inciso II, do Código de Processo Penal: Art. 79. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo: II - no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o artigo 78, inciso III, do Código de Processo Penal: Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras: [...] III - no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 71 do Código de Processo Penal: Art. 71. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o artigo 79, inciso I, do Código de Processo Penal: Art. 79. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo: I - no concurso entre a jurisdição comum e a militar.

QUESTÃO 45. Rômulo foi processado pelo Ministério Público pelo crime de homicídio doloso qualificado praticado contra Remo, sendo aquele submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. Durante seu interrogatório em juízo, Rômulo permaneceu em silêncio e não respondeu às perguntas que lhe foram formuladas. Já a viúva de Remo, por intermédio de seu advogado, foi admitida como assistente de acusação, tendo participado dos debates.

Diante desse cenário, é correto afirmar que, durante os debates:

- a) o Ministério Público poderá fazer referência ao silêncio do acusado em seu interrogatório como argumento de autoridade em prejuízo deste, sem que disso resulte nulidade;
- b) o assistente de acusação poderá fazer referência à decisão de pronúncia como argumento de autoridade que prejudique o acusado, sem que disso resulte nulidade;

c) o Ministério Público não poderá, sob pena de nulidade, fazer referência à determinação do uso de algemas pelo acusado como argumento de autoridade em prejuízo deste;

d) o assistente de acusação poderá exibir objeto que tiver sido juntado aos autos com antecedência de 24 horas, sem que disso resulte nulidade;

e) o Ministério Público e o assistente de acusação não poderão, sob pena de nulidade, fazer referência aos depoimentos constantes dos autos que sejam prejudiciais ao acusado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõe o artigo 478, inciso II, do Código de Processo Penal: Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências: [...] II – ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 478, inciso I, do Código de Processo Penal: Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências: I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 478, inciso I do Código de Processo Penal: Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências: I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado.

A alternativa D está incorreta. O prazo de antecedência para juntada de documentos é de 03 dias, conforme dispõe o artigo 479 do Código de Processo Penal: Art. 479. Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.

A alternativa E está incorreta. As proibições de menção nos debates estão previstas no artigo 478 do Código de Processo Penal, dentre as quais não se encontram os depoimentos constantes nos autos. Prevalece, portanto, o princípio da plenitude de defesa. Dispõe o artigo 478 do Código de Processo Penal: Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências: I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado; II – ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.

QUESTÃO 46. Relativamente à teoria e aos princípios que regem as nulidades no processo penal, é correto afirmar que:

a) poderá o Ministério Público arguir nulidade para a qual tenha concorrido ou a que haja dado causa;

b) poderá o ato ser declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa técnica;

c) serão anulados, no caso de incompetência do Juízo, apenas os atos decisórios;

d) será insanável e absoluta a nulidade por ilegitimidade do representante da parte;

e) a nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a nulidade dos atos que dele sejam consequência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 565 do Código de Processo Penal: Art. 565. Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 563 do Código de Processo Penal: Art. 563. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 567 do Código de Processo Penal: Art. 567. A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

A alternativa D está incorreta. Conforme disposto no artigo 568 do Código de Processo Penal: Art. 568. A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 573, §1º, do Código de Processo Penal: § 1º. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

QUESTÃO 47. Amílcar, Aníbal e Asdrúbal, funcionários públicos, foram denunciados pelo Ministério Público pela prática dos delitos de tráfico ilícito de entorpecentes com uso de arma de fogo e de associação para o tráfico ilícito de entorpecentes, em concurso material de crimes.

Relativamente à atividade do juiz, ao procedimento a ser observado e às medidas cautelares que nele se podem levar a efeito, é correto afirmar que poderá o juiz:

a) decretar o sequestro alargado dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio dos denunciados e aquele que seja compatível com seus rendimentos lícitos;

b) decretar o perdimento de bens alargado dos acusados independentemente de o Ministério Público tê-lo requerido por ocasião do oferecimento da denúncia ou em suas alegações finais;

c) ao receber a denúncia, decretar o afastamento cautelar dos denunciados de suas atividades como funcionários públicos, comunicando ao órgão respectivo;

d) se um dos denunciados quiser colaborar, participar das negociações realizadas para a formalização do acordo de colaboração, se o prêmio envolver a concessão do perdão judicial;

e) oferecer aos acusados, se não o fizer o Ministério Público, acordo de não persecução penal, em razão de os crimes terem sido cometidos sem violência ou grave ameaça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

A alternativa A está incorreta. O pacote anticrime trouxe a previsão da perda alargada (ou confisco alargado), e não se sequestro alargado, previsto no artigo 91-A do Código Penal, segundo o qual: Art. 91-A. Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 91-A do Código Penal, §3º, do Código Penal, a perda de bens depende de requerimento do Ministério Público: [...]§ 3º A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 56, §1, da Lei n. 11.343/2006: § 1º Tratando-se de condutas tipificadas como infração do disposto nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei, o juiz, ao receber a denúncia, poderá decretar o afastamento cautelar do denunciado de suas atividades, se for funcionário público, comunicando ao órgão respectivo.

A alternativa D está incorreta. O acordo de não persecução penal é celebrado entre as partes do processo. O juiz não participa das tratativas, limitando-se a analisar a regularidade das disposições apenas. A esse respeito dispõe o artigo 28-A, §3º, do Código de Processo Penal: § 3º O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

A alternativa E está incorreta. O acordo de não persecução penal é ato privativo do Ministério Público, nos termos do artigo 28-A do Código de Processo Penal.

QUESTÃO 48. Átila foi processado pelo Ministério Público em razão da prática do crime de estupro, tendo como vítima Messalina. Ao final do processo, após as alegações finais das partes, e não o tendo requerido o Ministério Público, o juiz determinou de ofício a realização de exame pericial no esperma colhido no corpo da vítima, sob a fundamentação de que ainda havia questão relevante a ser dirimida.

Diante do caso exposto, é correto afirmar que o juiz:

- a) não pode determinar de ofício a realização do exame na fase da sentença, pois já ocorreu a preclusão em relação à produção dos meios de prova;**
- b) não pode determinar de ofício a realização do exame, pois se trata de crime de ação de iniciativa privada que exige iniciativa da parte ofendida;**
- c) pode determinar de ofício a realização do exame, antes de proferir a sentença, pois visa a dirimir dúvida sobre ponto relevante;**
- d) não pode determinar de ofício a realização do exame, pois competiria ao Ministério Público requerer a sua realização durante a instrução;**
- e) pode determinar de ofício a realização do exame, desde que com ele concorde previamente a defesa técnica do acusado, pois o exame lhe é prejudicial.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

A alternativa A está incorreta. O juiz poderá determinar a realização de diligência imprescindível, de ofício, conforme previsto no artigo 156 do Código de Processo Penal: Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: [...] II – determinar,

no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 225 do Código de Processo Penal: Art. 225. Nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste Título, procede-se mediante ação penal pública incondicionada.

A alternativa C está correta. Conforme previsto no artigo 156 do Código de Processo Penal: Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: [...] II – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

A alternativa D está incorreta. O juiz poderá determinar a realização de diligência imprescindível, de ofício, conforme previsto no artigo 156 do Código de Processo Penal: Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: [...] II – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

A alternativa E está incorreta. O juiz poderá determinar a realização de diligência imprescindível, de ofício, conforme previsto no artigo 156 do Código de Processo Penal: Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: [...] II – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

Ademais, nos termos do artigo 158 do Código de Processo Penal: Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

QUESTÃO 49. No que diz respeito às atividades e prerrogativas do Juiz e do Ministério Público quanto aos institutos despenalizadores da transação penal, da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal, é correto afirmar que poderá:

- a) o Ministério Público utilizar como justificativa para o não oferecimento de suspensão condicional do processo o descumprimento do acordo de não persecução penal;
- b) o juiz oferecer de ofício proposta de transação penal ao autor do fato para infração penal praticada sem violência ou grave ameaça, cuja pena máxima seja igual a 2 anos;
- c) o Ministério Público oferecer acordo de não persecução penal, em favor do agressor, nos crimes praticados com violência contra a mulher por razões da condição do sexo feminino;
- d) o Ministério Público oferecer transação penal ao autor do fato para infração penal praticada sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima seja igual a 4 anos;
- e) o juiz oferecer de ofício a suspensão condicional do processo ao acusado, se não o fizer de maneira fundamentada o Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do artigo 28-A, §11, do Código de Processo Penal, segundo o qual: § 11. O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

A alternativa B está incorreta. A legitimidade exclusiva do Ministério Público no oferecimento da transação pena decorre do princípio constitucional previsto no artigo 129, inciso I, da Constituição Federal. Assim, mesmo diante da recusa do Ministério Público, o juiz não poderá oferecer proposta de transação. Deverá aplica, então, por analogia, o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal, remetem-se os autos ao Procurador-Geral de Justiça.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. QUEIXA. INJÚRIA. TRANSAÇÃO PENAL. AÇÃO PENAL PRIVADA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE DO QUERELANTE. JUSTA CAUSA EVIDENCIADA. RECEBIMENTO DA PEÇA ACUSATÓRIA. I - A transação penal, assim como a suspensão condicional do processo, não se trata de direito público subjetivo do acusado, mas sim de poder-dever do Ministério Público (Precedentes desta e. Corte e do c. Supremo Tribunal Federal). II - A jurisprudência dos Tribunais Superiores admite a aplicação da transação penal às ações penais privadas. Nesse caso, a legitimidade para formular a proposta é do ofendido, e o silêncio do querelante não constitui óbice ao prosseguimento da ação penal. III - Isso porque, a transação penal, quando aplicada nas ações penais privadas, assenta-se nos princípios da disponibilidade e da oportunidade, o que significa que o seu implemento requer o mútuo consentimento das partes. IV - Na injúria não se imputa fato determinado, mas se formulam juízos de valor, exteriorizando-se qualidades negativas ou defeitos que importem menoscabo, ultraje ou vilipêndio de alguém. V - O exame das declarações proferidas pelo querelado na reunião do Conselho Deliberativo evidenciam, em juízo de prelibação, que houve, para além do mero animus criticandi, conduta que, aparentemente, se amolda ao tipo inserto no art. 140 do Código Penal, o que, por conseguinte, justifica o prosseguimento da ação penal (STJ, AÇÃO PENAL Nº 634 - RJ (2010/0084218-7))

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 28-A do Código de Processo Penal: § 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: [...]IV - nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

A alternativa D está incorreta. Os institutos despenalizadores da Lei n.9.099/1995 são aplicáveis para as infrações de menor potencial ofensivo. Nos termos do artigo 61 da referida lei: Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com mu

A alternativa E está incorreta. Nos termos da Súmula 696 do Supremo Tribunal Federal: Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal.

QUESTÃO 50. No que diz respeito às regras e aos princípios que regem a iniciativa probatória de juiz no processo penal brasileiro, é correto afirmar que:

- a) poderá o juiz determinar de ofício, após a prolação da sentença, diligência não requerida pelas partes para dirimir dúvida sobre ponto relevante;**
- b) não poderá o juiz de ofício determinar o segredo de justiça em relação aos dados e depoimento do ofendido para evitar sua exposição aos meios de comunicação;**
- c) não poderá o juiz de ofício, sem requerimento da defesa técnica, proceder a novo interrogatório do acusado durante a instrução criminal;**

d) não poderá o juiz de ofício determinar a acareação entre testemunha e a pessoa ofendida, quando estas divergirem em suas declarações sobre fatos relevantes;

e) poderá o juiz de ofício, quando julgar necessário, ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes, bem como as pessoas a que as testemunhas se referirem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**

A alternativa A está incorreta. A diligência para dirimir sobre ponto relevante deverá ser determinada antes da sentença. Conforme dispõe o artigo 156, inciso II, do Código de Processo Penal: Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: [...] II – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 201, §6º, do Código de Processo Penal: § 6º O juiz tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do ofendido, podendo, inclusive, determinar o segredo de justiça em relação aos dados, depoimentos e outras informações constantes dos autos a seu respeito para evitar sua exposição aos meios de comunicação.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o artigo 196 do Código de Processo Penal: Art. 196. A todo tempo o juiz poderá proceder a novo interrogatório de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes.

A alternativa D está incorreta. O juiz possui poder instrutório para determinar a realização das provas necessárias para alcançar a verdade real. Nesse passo, poderá determinar a acareação. Prevê o artigo 156 do Código de Processo Penal: Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: [...] II – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

Acerca da acareação, dispõe o artigo 229 do Código de Processo Penal: Art. 229. A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do artigo 209 do Código de Processo Penal: Art. 209. O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.

QUESTÃO 51. Relativamente ao inquérito policial, às autoridades que nele atuam e às diligências nele levadas a efeito, é correto afirmar que poderá:

a) a autoridade policial mandar arquivar autos de inquérito de ofício ou a requerimento da defesa técnica do ofendido;

b) o juiz decretar a prisão temporária do indiciado de ofício, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;

c) o Juiz decretar a incomunicabilidade do indiciado, a requerimento da autoridade policial ou do órgão do Ministério Público, por até 5 dias;

d) o inquérito ser instaurado de ofício pela autoridade policial nos crimes cuja ação penal depender de iniciativa do ofendido;

e) o órgão do Ministério Público requerer ao Juiz a devolução do inquérito à autoridade policial para a realização de diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 17 do Código de Processo Penal: Art. 17. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 2º da Lei n. 7.690/89: Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 21, parágrafo único, do Código de Processo Penal: arágrafo único. A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963).

A alternativa D está incorreta. Conforme previsto no artigo 5º, §5º, do Código de processo Penal: §5º Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do artigo 16 do Código de Processo Penal: Art. 16. O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

QUESTÃO 52. Honório, 12 meses após tomar conhecimento de que Alarico atentou contra a sua honra, ajuizou contra este queixa-crime, por intermédio de advogado com a devida procuração, imputando a Alarico o delito de difamação.

Contudo, referida queixa-crime deve ser rejeitada pelo juízo em razão da ocorrência de:

- a) perempção do direito de queixa;**
- b) prescrição do delito de difamação**
- c) decadência do direito de queixa;**
- d) renúncia tácita ao direito de queixa;**
- e) perdão tácito ao querelado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

O prazo para oferecimento de queixa-crime é decadência, e deve ser exercido em 06 (seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, conforme dispõe o artigo 38 do Código de Processo Penal: Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

QUESTÃO 53. Parmênides foi condenado pelo Tribunal do Júri à pena de 10 anos de reclusão em razão da prática do crime de homicídio tentado praticado contra Diógenes. O Ministério

Público, no prazo legal, recorreu de todo o conteúdo impugnável da sentença, inclusive visando à majoração da pena imposta.

Quanto a Diógenes, vítima do crime e que não se habilitou como assistente, é correto afirmar que:

a) poderá interpor recurso de apelação, no prazo de 15 dias, se o Ministério Público desistir do recurso que haja interposto;

b) não poderá interpor recurso de apelação, em razão de o Ministério Público ter interposto um recurso total;

c) poderá interpor recurso de apelação, no prazo de 5 dias, se o Ministério Público desistir do recurso que haja interposto;

d) não poderá interpor recurso de apelação, mas poderá interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias, após o recurso do Ministério Público;

e) poderá interpor recurso de apelação, no prazo de 15 dias, após o recurso do Ministério Público, visando ao agravamento da pena imposta a Parmênides.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

O assistente de acusação poderá interpor recurso de apelação caso o Ministério Público não o faça, ainda que o ofendido não tenha se habilitado como assistente.

Nesse sentido, dispõe o artigo 598 do Código de Processo Penal que:

Art. 598. Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do juiz singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido ou qualquer das pessoas enumeradas no art. 31, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que não terá, porém, efeito suspensivo. Parágrafo único. O prazo para interposição desse recurso será de quinze dias e correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.

Assim, considerando que no enunciado narrado o Ministério Público interpôs recurso de apelação contra a totalidade da matéria disposta na sentença, o ofendido não poderá interpor apelação.

QUESTÃO 54. No que diz respeito à prisão e às medidas cautelares no processo penal brasileiro, é correto afirmar que:

a) as medidas cautelares poderão ser aplicadas isoladamente, mas não cumulativamente, em razão do princípio da subsidiariedade;

b) a prisão preventiva do acusado poderá ser decretada quando for cabível a sua substituição por outra medida cautelar menos gravosa;

c) a prisão temporária poderá ser decretada pelo juiz de ofício, sem requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial;

d) a medida cautelar poderá ser revogada ou substituída de ofício pelo juiz, ou a requerimento das partes, quando se verificar a falta de motivo para que subsista;

e) a prisão preventiva poderá ser decretada nos crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 282, §1º, do Código de Processo Penal: §1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no artigo 282, §6º, do Código de Processo Penal: §6º A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, observado o art. 319 deste Código, e o não cabimento da substituição por outra medida cautelar deverá ser justificado de forma fundamentada nos elementos presentes do caso concreto, de forma individualizada.

A alternativa C está incorreta. O requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial são requisitos para decretação da prisão temporária, conforme previsto no artigo 2º, da Lei n. 7.690/86: Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 282, §5º, do Código de Processo Penal: §5º O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

A alternativa E está incorreta. Conforme previsto no artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal: Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

QUESTÃO 55. Em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Representação de Inconstitucionalidade) movida pelo governador do Estado Alfa perante o Pleno do Tribunal de Justiça local, impugnando a inconstitucionalidade de determinada lei estadual em face da Constituição do Estado Alfa, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declararam impedidos de julgá-la.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o órgão julgador competente para a apreciação da mencionada ação é o(a):

- a) Supremo Tribunal Federal;**
- b) Presidência do Tribunal de Justiça do Estado Alfa;**
- c) Tribunal Regional Federal da Região do Estado Alfa;**
- d) Pleno do Tribunal de Justiça do Estado Alfa;**
- e) Superior Tribunal de Justiça.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Este é o gabarito correto, segundo a banca. Contudo, entendemos que a **letra A** esteja correta, sendo esta questão passível de recurso.

A alternativa A também pode estar correta. Conforme o art. 102, I, n, da CF: Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente (...) n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

O enunciado da questão deixa claro que mais da metade dos membros do TJ se declararam impedidos. Não houve alegação de suspeição ou impedimento genéricos, os próprios desembargadores já se declararam impedidos.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários das alternativas A.

QUESTÃO 56. A Lei estadual Y estabeleceu certo limite de tempo para o atendimento de consumidores em estabelecimentos públicos e privados, bem como previu a cominação de sanções progressivas na hipótese de descumprimento.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a norma Y é:

a) constitucional, por observar as regras do sistema constitucional de repartição de competências, e a limitação temporal imposta configura um mecanismo razoável potencializador de proteção do consumidor;

b) inconstitucional, por violação às regras do sistema constitucional de repartição de competências, uma vez que é da competência privativa da União legislar sobre direito civil e direito do consumidor;

c) inconstitucional, em razão da indevida interferência no regime de exploração, na estrutura remuneratória da prestação dos serviços e no equilíbrio dos contratos administrativos;

d) constitucional, uma vez que compete privativamente ao Estado legislar sobre a matéria, impondo obrigações também ao serviço público, já que os princípios da livre concorrência e da liberdade de exercício de atividades econômicas são considerados absolutos;

e) inconstitucional, por violação às regras do sistema constitucional de repartição de competências, uma vez que invade competência do Município para estabelecer regras de interesse local.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme a jurisprudência do STF (ADI 2879), é constitucional lei estadual que estabeleceu limite de tempo para o atendimento de consumidores e fixou sanções progressivas no caso de descumprimento (de advertência à multa).

A alternativa B está incorreta. De fato, é competência privativa da União legislar sobre direito civil, conforme prevê o art. 22, I, da CRFB/88. Entretanto, é competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre consumo, conforme prevê o art. 24, V, da CRFB/88.

A alternativa C está incorreta. A determinação de limite de tempo para o atendimento dos consumidores não configura interferência na exploração da atividade econômica, na estrutura remuneratória ou de desequilíbrio contratual, ao versar sobre relação de consumo, cuja competência é conferida pela Constituição da República aos Estados.

A alternativa D está incorreta. Não se trata de competência privativa dos Estados e sim, competência concorrente (art. 24, V). Ademais, os princípios da livre concorrência e do exercício da atividade econômica não são absolutos, pois serão relativizadas conforme os ditames da justiça social (art. 170, caput, da CRFB/88).

A alternativa E está incorreta. Não se trata de invasão de competência do município, prevista no art. 30, I. A Constituição da República conferiu de maneira concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre consumo, conforme art. 24, V, da CRFB/88.

QUESTÃO 57. Ação civil pública foi ajuizada com pedido de ressarcimento ao erário em razão de dano ambiental por exploração irregular de minério ocorrida cerca de uma década antes.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o dano:

a) poderá ser ressarcido, pois a prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União é de vinte anos;

b) não poderá ser ressarcido, pois a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União já está prescrita;

c) não poderá ser ressarcido, pois, em interpretação constitucional, hipótese de imprescritibilidade, geraria poderes ilimitados ao Estado, passíveis de serem exercidos a qualquer tempo;

d) não poderá ser ressarcido, pois a garantia da segurança jurídica e da previsibilidade no ordenamento jurídico, nesse caso, se sobrepõe em relação ao direito fundamental de toda a coletividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

e) poderá ser ressarcido, pois é imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta. A resposta encontra amparo expresso no Tema 1.268 do Supremo Tribunal Federal: É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa E.

QUESTÃO 58. A Lei do Município Beta dispõe sobre a implantação e o compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, a fim de proteger o meio ambiente e combater a poluição, fixando, entre outras medidas, limites máximos de ruídos e vibrações, obrigatoriedade de licenciamento das instalações mediante o pagamento de taxa e a previsão de penalidades.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Lei do Município Beta é:

a) constitucional, pois as atividades relacionadas ao setor de telecomunicações submetem-se ao poder central da União, que estabelece as normas gerais, podendo o Município suplementar as referidas regras gerais;

b) constitucional, por observar o sistema constitucional de repartição de competências que garante ao Município a competência para legislar sobre matérias de interesse local;

c) constitucional, pois protege o meio ambiente e combate a poluição, ao fixar limites máximos de ruídos e vibrações, obrigatoriedade de licenciamento mediante o pagamento de taxa e a previsão de penalidades;

d) inconstitucional, por invadir a competência da União exclusiva para explorar os serviços de telecomunicações e privativa para legislar sobre a implantação e o compartilhamento da infraestrutura desse setor;

e) inconstitucional, e os legitimados ativos poderão ajuizar a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal em razão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. O STF já declarou inconstitucional lei municipal que instituiu regras sobre o licenciamento da atividade de implantação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações, por violação à competência privativa da União Federal para explorar os serviços de telecomunicações e legislar sobre a matéria (art. 21, XI e 22, IV, da CRFB/88) – STF, Pleno, ADPF 1.031, Rel. Min. Nunes Marques, j. 18.9.2023.

A alternativa E está incorreta, pois lei municipal não pode ser objeto de ADI (art. 102, I, a, da CRFB/88).

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário das alternativa D e E.

QUESTÃO 59. João foi acometido de grave patologia, que exigia internação imediata e submissão a tratamento especializado, com o uso de aparelhagem própria. Após percorrer inúmeras unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) situadas no território do Estado Alfa, João não logrou êxito em obter a internação e o tratamento de que tanto necessitava, pois as unidades que atendiam aos seus objetivos estavam com a sua lotação esgotada. Por tal razão, ingressou com ação em face do Estado Alfa, requerendo que, caso não fosse imediatamente disponibilizada a vaga de que necessitava, o juízo determinasse a sua internação em hospital privado.

Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à ação ajuizada por João, que:

a) a internação em unidade hospitalar privada, fora do SUS, acarretará o dever de indenizar, a posteriori, as despesas realizadas, observados os valores praticados pela referida unidade;

b) a ação não deve ser conhecida, pois o SUS é um sistema articulado entre todos os entes federativos, o que atrai a presença de um litisconsórcio passivo necessário em ações como a de João;

c) a essencialidade do direito à saúde permite o deferimento do pedido, sendo que o valor de ressarcimento dos serviços prestados, na perspectiva da saúde suplementar, deve ser o mesmo utilizado para o ressarcimento, ao SUS, por serviços prestados a beneficiários de plano de saúde;

d) o SUS pode contar com a atuação de unidades hospitalares privadas, mas apenas se estiverem integradas ao sistema, na perspectiva da saúde complementar com adstrição aos requisitos exigidos, devendo o juízo permanecer adstrito a esse balizamento ao analisar o pedido de internação;

e) em razão do princípio da solidariedade e do fato de a atividade privada de saúde constituir serviço de relevância social, pode ser acolhido o pedido, o que atrai, para os entes federativos que formam o SUS, o dever de ressarcimento, observados os valores praticados pela tabela desse sistema.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. Conforme o entendimento fixado pelo STF (STF, RE 666.094, com RG) ao definir as regras para o ressarcimento de serviços prestados por hospital privado, definiu-se o seguinte: O ressarcimento de serviços de saúde prestados por unidade privada em favor de paciente do Sistema Único de Saúde, em cumprimento de ordem judicial, deve utilizar como critério o mesmo que é adotado para o ressarcimento do Sistema Único de Saúde por serviços prestados a beneficiários de planos de saúde”.

Conforme o voto do relator, a incidência ou não do regime constitucional de contratação de rede complementar de saúde pressupõe a caracterização da prestação do serviço por ordem judicial como ato negocial. O critério para remuneração ou ressarcimento dos serviços, por consequência, decorre diretamente da definição da espécie de relação jurídica firmada.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa C.

QUESTÃO 60. Determinada legislação do Estado Alfa, de iniciativa do governador, concedeu auxílio destinado ao aperfeiçoamento profissional de membros da procuradoria estadual, durante o prazo em que subsistirem as condições que deram causa à sua instituição, devendo ser pago durante período determinado e estar vinculado estritamente à participação do procurador em cursos que guardem nexos causal com as suas atividades Institucionais.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida legislação estadual é:

a) inconstitucional, pois os membros da procuradoria estadual, remunerados sob a forma de subsídio, não podem receber verba extra destinada ao aperfeiçoamento profissional;

b) constitucional, pois os membros da procuradoria estadual não são remunerados sob a forma de subsídio e podem receber verba destinada ao aperfeiçoamento profissional;

c) inconstitucional, pois a iniciativa para projeto de lei que trate de remuneração dos procuradores do Estado deve ser realizada pelo procurador-geral do Estado, uma vez que a Procuradoria do Estado é órgão independente e autônomo;

d) constitucional, pois está caracterizada a natureza indenizatória da verba destinada ao aperfeiçoamento profissional de membros da procuradoria estadual, remunerados sob a forma de subsídio;

e) inconstitucional, pois a remuneração de todos os servidores do Estado deve seguir o regime jurídico único estadual e não é permitida a criação de benefícios exclusivos a servidores específicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda sobre a declaração de inconstitucionalidade de pagamento de auxílio-aperfeiçoamento profissional a servidores.

A alternativa D está correta. É o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5407). O STF, por apertadíssima maioria, decidiu que lei estadual que prevê auxílio-aperfeiçoamento a procurados estaduais é constitucional, sendo verba de caráter indenizatório a ser paga com uma finalidade específica.

Vejamos um trecho deste julgado: O 'auxílio-aperfeiçoamento' previsto na Lei Complementar nº 89/2015, do Estado do Amapá, tem caráter excepcional e não viola a regra remuneratória do subsídio em parcela única (...).

As demais alternativas estão incorretas, conforme cometário da alternativa D.

QUESTÃO 61. João e Maria viviam maritalmente há muitos anos no Município Alfa. Apesar da harmonia do casal, eram de conhecimento público os longos períodos em que João permanecia viajando, por ser representante comercial de diversos produtos com grande permeabilidade no território nacional. Com o falecimento de João, Maria, que vivia sob sua dependência econômica, munida de depoimentos colhidos em juízo e de outros documentos comprobatórios da relação que mantinham, requereu o recebimento de pensão por morte junto à autarquia federal competente. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido sob o argumento de que João era casado há décadas com Joana, que já estava recebendo o benefício previdenciário. À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

a) em razão da união estável que mantinha com João e da proteção constitucional de uniões dessa natureza, Maria deve dividir a pensão por morte com Joana;

b) o fato de João ser casado no período em que viveu maritalmente com Maria impedia a conversão dessa relação em casamento, logo, ela não pode fruir a pensão por morte;

c) Independentemente de João ser casado no período em que viveu maritalmente com Maria, o benefício previdenciário somente seria devido caso a referida união tivesse sido convertida em casamento;

d) Maria terá direito à pensão por morte na medida em que João, nos períodos em que permaneceu com ela, esteve separado de fato de Joana, o que caracteriza a interrupção de fato do vínculo;

e) como a pensão por morte decorre da relação jurídica mantida por João com o regime geral de previdência social, o benefício será devido aos dependentes cadastrados, entre os quais estará eventualmente Maria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda sobre o recebimento da pensão por morte pela pessoa que mantinha o concubinato.

A alternativa B está correta. Nos termos do Tema 526/STF, é incompatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa B.

QUESTÃO 62. Johansson nasceu na Holanda, quando seu pai, alemão naturalizado brasileiro, e sua mãe, de nacionalidade belga, se encontravam a serviço da embaixada do Egito, sendo o seu nascimento registrado na repartição holandesa competente. Quando completou 25 anos de idade, Johansson, que morava no Cazaquistão, precisou se naturalizar cazaquistânês para que pudesse praticar os atos da vida civil. Neste último país, praticou

um crime, o que o levou a fugir para o Brasil, aqui permanecendo por oito anos, momento em que o governo do Cazaquistão requereu a sua extradição.

A luz da sistemática estabelecida na Constituição da República e dos balizamentos da narrativa, é correto afirmar, em relação ao requerimento de extradição de Johansson, que:

a) ao se naturalizar cazaquistânês, ele perdeu a nacionalidade brasileira, o que permite que seja acolhido o requerimento de extradição:

b) como o seu pai é brasileiro e ele veio a residir no Brasil após atingir a maioridade, deve ser considerado brasileiro nato, o que afasta a possibilidade de que seja extraditado;

c) a sua naturalização como cazaquistânês não afastou a vedação de que seja extraditado, considerando a sua condição pessoal, salvo se comprovado o envolvimento com o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes;

d) como ele é brasileiro nato, por ser filho de pai brasileiro, o que não foi afetado pela sua naturalização como cazaquistânês, logo, não deve ser admitida a sua extradição, qualquer que seja o crime que tenha praticado:

e) em razão da atividade laborativa desenvolvida por seu pai na Holanda, Johansson jamais teve nacionalidade brasileira, o que permite que seja acolhido o requerimento de extradição, desde que não se trate de crime político ou de opinião.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A opção pela nacionalidade, embora potestativa, não é de forma livre. Há de fazer-se em juízo, em processo de jurisdição voluntária, que finda com a sentença que homologa a opção e lhe determina a transcrição, uma vez acertados os requisitos objetivos e subjetivos dela. Antes que se complete o processo de opção, não há, pois, como considerá-lo brasileiro nato. [AC 70 QO, rel. min. Sepúlveda Pertence, j. 25-9-2003, P, DJ de 12-3-2004.].

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa E.

QUESTÃO 63. O Art. 350 do Código Eleitoral preceitua que é crime “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa do que deveria ser escrita, para fins eleitorais: Pena – reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa, se o documento é particular”.

Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que:

a) para fins do Art. 350 do Código Eleitoral, é exigido que o crime seja cometido, necessariamente, durante o período eleitoral;

b) o crime previsto no Art. 350 do Código Eleitoral é crime de mão própria, pois somente pode ser praticado por eleitor, candidato ou dirigente partidário;

c) a falsidade ideológica eleitoral é crime material, não bastando, para sua configuração, a potencialidade do dano decorrente da falsidade do conteúdo do documento;

d) à omissão de declaração de prestação de contas de recursos arrecadados e de gastos realizados nas campanhas eleitorais é aplicável, em tese, a regra do Art. 350 do Código Eleitoral;

e) a conduta de fazer constar assinaturas falsas em fichas de apoio apresentadas em cartório eleitoral não preenche formalmente o elemento objetivo do tipo do Art. 350 do Código Eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O art. 350 do Código Eleitoral prevê o crime de falsidade ideológica para fins eleitorais. E a conduta de omitir declaração de prestação de contas de recursos arrecados e de gastos realizados nas campanhas eleitorais é aplicável, em tese, a regra do art. 350 do Código Eleitoral. O elemento subjetivo que descreve o fim eleitoral como dolo específico realiza-se pelo mero agir de forma livre e consciente capaz de ferir o bem jurídico tutelado. Ressalta-se que a entrega do ajuste de contas após o pleito afigura-se irrelevante na tipificação do ilícito. (Ac. de 22.10.2020 no REspEI nº 060216566, rel. Min. Luis Felipe Salomão.)

A alternativa A está incorreta, pois o crime não prevê nenhum elemento cronológico dentro do tipo, tanto que a entrega do ajuste de contas após o pleito afigura-se irrelevante na tipificação do ilícito. O que se exige é que a conduta seja praticada para fins eleitorais.

A alternativa B está incorreta, pois não há essa previsão no tipo penal. Prevê o parágrafo único que a pena é agravada se o agente da falsidade documental é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo ou se a falsificação ou alteração é de assentamentos de registro civil.

O crime de falsidade ideológica exige finalidade eleitoral para que reste configurado. Sendo o crime de falsidade ideológica praticado por pessoa não-diretamente interessada nas eleições, sem fins evidentes de obter vantagem eleitoral, resta afastada a figura típica especial do art. 350 do Código Eleitoral e subsiste o tipo penal previsto no art. 299 do Código Penal.

PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME ELEITORAL NÃO-CONFIGURADO. FALSIDADE IDEOLÓGICA. FALSO TESTEMUNHO. CRIME PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL. INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. O crime de falsidade ideológica prescrito no art. 350 do Código Eleitoral exige finalidade eleitoral para que reste configurado. 2. Sendo o crime de falsidade ideológica praticado por pessoa não-diretamente interessada nas eleições, sem fins evidentes de obter vantagem eleitoral, resta afastada a figura típica especial do art. 350 do Código Eleitoral e subsiste o tipo penal previsto no art. 299 do Código Penal. 3. No caso presente, tem-se que as falsidades, tanto ideológica quanto testemunhais, foram praticadas contra a administração da Justiça Eleitoral, mantida pela União, ensejando a competência da Justiça Federal. 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da Subseção Judiciária de Londrina/PR, suscitante. (STJ - CC: 39519 PR 2003/0117296-1, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 14/02/2005, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: -> DJ 02/03/2005 p. 182)

A alternativa C está incorreta, pois o crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral é crime formal, de tendência interna transcendente, que se consuma ainda que o resultado especialmente pretendido não venha a se concretizar.

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com TSE, a conduta de fazer constar assinaturas falsas em lista de apoio apresentada ao cartório eleitoral preenche formalmente o elemento objetivo do tipo penal da falsidade ideológica eleitoral, desde que presente o elemento subjetivo exigido, ou seja, a conduta praticada seja para fins eleitorais. (TSE - HC: 00079945720146190000 CABO FRIO - RJ, Relator: Min. Maria Thereza Rocha De Assis Moura, Data de Julgamento: 10/02/2015, Data de Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 45, Data 06/03/2015, Página 61)

QUESTÃO 64. Na forma do art. 73 da Lei nº 9.504/1977, são proibidos aos agentes públicos, servidores ou não, determinadas condutas, tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.

Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no pleito de 2022, aplicou-se a seguinte regra:

a) é vedada, nos noventa dias que antecedem a eleição, a realização de despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

b) é vedada, em ano de eleição, a realização de despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais;

c) é vedado, no primeiro semestre do ano de eleição, o empenho de despesas com publicidade nos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais;

d) é vedado, em ano de eleição, o empenho de despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipal;

e) o limite legal para publicidade institucional deverá ser a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra E**.

Conforme previsão do art. 73, VII, da Lei n.º 9.504 é vedado empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito; (Redação dada pela Lei nº 14.356, de 2022)

Nesse sentido, as letras A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 65. Tício pretendia ser candidato a vereador no Município Beta, pelo Partido Alfa. Mévio, presidente do Partido Político Alfa, não permitiu que Tício participasse da convenção partidária, alegando diversos problemas, inclusive, que ele não seria um candidato com efetivas chances de vitória. Indignado, Tício impetrou mandado de segurança.

Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:

a) havendo reflexos diretos no processo eleitoral, o mandado de segurança deve ser impetrado perante a Justiça Eleitoral;

b) o mandado de segurança, na hipótese descrita, deve ser impetrado perante a Justiça estadual tratando-se de ação envolvendo assunto interna corporis do partido político;

c) na hipótese de conflito de competência sobre o mandado de segurança impetrado, o Tribunal julgador será o Tribunal Superior Eleitoral;

d) na hipótese versada, é incabível a impetração de mandado de segurança, uma vez que não se estende à presidência de partido a qualidade de autoridade coatora;

e) na hipótese de conflito de competência sobre o mandado de segurança impetrado, o Tribunal julgador será o Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta a ser marcada é a **letra A**.

De fato, a Constituição Federal garante autonomia aos partidos políticos, não sendo a justiça eleitoral competente para apreciar assuntos interna corporis dos partidos políticos.

No entanto, no caso narrado, haverá reflexos eleitorais, portanto, o MS deve ser impetrado perante a justiça eleitoral.

De acordo com o TSE, a Justiça Eleitoral possui competência para apreciar as controvérsias internas de partido político, sempre que delas advierem reflexos no processo eleitoral, circunstância que mitiga o postulado fundamental da autonomia partidária, ex vi do art. 17, § 1º, da Constituição da República. (Ac. de 10.8.2022 no MSCiv nº 060066407, rel. Min. Ricardo Lewandowski.)

A alternativa B está incorreta, conforme explicação acima.

A alternativa C está incorreta, pois a competência, nesse caso, será do juiz eleitoral já que se trata de diretório municipal.

Destaca-se que nos termos da Súmula nº 22 do Tribunal Superior Eleitoral, "não cabe mandado de segurança contra decisão judicial recorrível, salvo situações de teratologia ou manifestamente ilegais".

A alternativa D está incorreta, pois é perfeitamente possível que presidente de partido político figure como autoridade coatora em mandado de segurança.

A alternativa E está incorreta, pois a competência originária para apreciar mandado de segurança é do próprio tribunal cujo ato seja o alvo da impetração. Além disso, quando há reflexos no processo eleitoral, a competência é da justiça eleitoral.

QUESTÃO 66 – Após o ajuizamento de uma demanda, pela sociedade empresária W, perante um Juizado Especial, descobriu-se que ela pertencia a um grupo econômico que também contava com as sociedades empresárias X, Y e Z.

A luz da sistemática estabelecida na Lei nº 9.099/1995 e dos enunciados veiculados pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais, é correto afirmar que W:

a) pode demandar individualmente no Juizado Especial, caso seja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

b) por ter individualidade própria, pode demandar no Juizado Especial caso sua receita bruta, concebida individualmente, não supere o limite para a microempresa;

c) não pode demandar no Juizado Especial, considerando que a atuação de grupos e conglomerados não se ajusta à ratio essendi das competências desse órgão jurisdicional;

d) não pode demandar individualmente no Juizado Especial, caso a soma da receita bruta de todas as sociedades empresárias do grupo supere o limite da empresa de pequeno porte;

e) o fato de pertencer a um grupo somente impedirá que demande individualmente no Juizado Especial caso haja um controlador comum a todas as sociedades empresárias, equiparando o grupo à sociedade anônima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre juizados especiais cíveis.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas e a alternativa D está correta. Conforme Enunciado 172 do FONAJE: “Na hipótese de ficar caracterizado grupo econômico, as empresas individualmente consideradas não poderão demandar nos Juizados Especiais caso a receita bruta supere o limite para a Empresa de Pequeno Porte”.

QUESTÃO 67. Maria, brasileira naturalizada, com o ensino médio completo, domiciliada na circunscrição territorial da Comarca X, do Estado do Paraná, soube da necessidade de ser nomeado um juiz de paz para atuar na contígua Comarca Y, para a qual poderia se deslocar com facilidade.

Ao se inteirar da autoridade perante a qual o juiz de paz toma posse e dos requisitos a serem preenchidos, Maria concluiu, corretamente, à luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que a posse se dá perante:

- a) o juiz de direito com competência em matéria registral, mas ela não preenche os requisitos exigidos, por não ser brasileira nata e não ter nível superior;
- b) o juiz diretor do Fórum, mas ela não preenche, apenas, o requisito de ter domicílio e residência na sede da Comarca Y;
- c) presidente do Tribunal de Justiça, mas ela não preenche, apenas, o requisito de ter nível superior;
- d) o juiz de direito com competência em matéria registral, e ela preenche os requisitos exigidos;
- e) o corregedor-geral da Justiça, e ela preenche os requisitos exigidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas e a alternativa B está correta. Conforme artigos 116 e 117 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná: “Art. 116. Em cada distrito das comarcas de entrância inicial e intermediária e em cada circunscrição do registro civil das comarcas de entrância final, haverá um (1) Juiz de Paz e dois (2) suplentes, que reúnam os seguintes requisitos: I - cidadania brasileira e maioridade civil; II – gozo dos direitos civis, políticos e quitação com o serviço militar; III - ter domicílio e residência na sede do distrito ou da comarca, conforme seja o caso; IV – ter escolaridade correspondente ao segundo grau; V – ter bons antecedentes e não ser filiado a partido político. Art. 117. O Juiz de Paz tomará posse e entrará no exercício da função perante o Juiz de Direito Diretor de Fórum da circunscrição onde deva servir”.

QUESTÃO 68. Maria, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e recém-lotada na Corregedoria-Geral da Justiça, questionou uma colega de trabalho em relação à funcionalidade da denominada "inspeção", tal qual disciplinada no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

A colega de trabalho de Maria respondeu, corretamente, que, na perspectiva do referido arcabouço normativo, a inspeção:

- a) realizada por juiz de direito em secretaria a ele subordinada dependerá de prévia autorização da Corregedoria-Geral da Justiça;
- b) é ato direcionado à apuração de ilícito administrativo, que será descrito em portaria do corregedor-geral da Justiça e conduzido por juiz auxiliar;
- c) quando realizada em ofício extrajudicial, terá por objeto o período anterior à respectiva inspeção, tendo como data inicial o primeiro dia do ano;
- d) é realizada no curso de processo administrativo disciplinar, pelo juiz diretor do Fórum, para verificar situação ou estado de fato relevante para a instrução;
- e) conduzida pelo corregedor-geral da Justiça ou por agente delegado, e pode ter por objeto a atuação de juízes de direito, secretarias ou ofícios extrajudiciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

A alternativa A está incorreta. Não dependerá de prévia autorização, conforme artigo 55 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça: "Art. 55. O(A) Juiz(íza) inspecionará as secretarias e os ofícios extrajudiciais a ele subordinados, no primeiro trimestre de cada ano, e fará a remessa do processo de inspeção finalizado à Corregedoria-Geral da Justiça até o dia 31 (trinta e um) do mês de março do mesmo ano. § 1º Poderá também o(a) Juiz(íza) realizar inspeção extraordinária quando considerá-la necessária ou conveniente".

As alternativas B e D estão incorretas. Será realizada pelo próprio juiz ao qual a secretária ou ofício estiverem vinculados, e não por juiz auxiliar, conforme artigo acima.

A alternativa C está correta. Conforme artigo 56 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça: "Art. 56. O período a ser inspecionado é relativo ao ano anterior à respectiva inspeção, tendo como data inicial o primeiro dia do ano e data final, o dia trinta e um do mês de dezembro, independentemente de ter sido realizada outra inspeção ou correção durante o ano".

A alternativa E está incorreta. Não será conduzida pelo CGJ e não pode ter por objeto a atuação de juízes de direito, conforme artigo 55, acima citado.

QUESTÃO 69. Ana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi incumbida por seu superior hierárquico de encaminhar determinado expediente a João, juiz de direito substituto em primeiro grau, expediente este que seria afeto à sua competência de substituição.

Após analisar as características do destinatário do expediente, à luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Ana concluiu, corretamente, que João:

- a) pode atuar em substituição em qualquer entrância;

- b) na organização da carreira, está abaixo dos juizes de direito titulares de Vara;
- c) pode ser designado em substituição apenas na entrância inicial da carreira;
- d) está no início da carreira, podendo atuar em substituição nas entrâncias inicial e intermediária;
- e) se encontra na entrância final, atuando em substituição nas Comarcas dessa categoria indicadas em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

A alternativa E está correta e as alternativas A, B, C e D estão incorretas. Conforme artigo 25, §2º, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná: “§2º São Juizes de Direito Substitutos de primeiro grau os de entrância final, quando não titulares de varas, para substituição nas comarcas dessa categoria sediadas na Região Metropolitana de Curitiba, na Região Metropolitana de Londrina, na Região Metropolitana de Maringá, em Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e Umuarama, promovidos entre os de entrância intermediária ou removidos de uma para outra das comarcas de entrância final”.

QUESTÃO 70. Com a vacância de determinada serventia extrajudicial notarial, em razão da morte do titular, a autoridade competente iniciou os procedimentos necessários para a designação do agente que responderia interinamente pela serventia. Por não haver escrevente substituto que atendesse aos requisitos legais, a referida autoridade consultou o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná a respeito da possibilidade de designar interinamente um delegatário, para responder pelo expediente de outra serventia, concluindo, ao fim de suas reflexões, que:

- a) é possível designar delegatário, interinamente, como responsável pelo expediente, desde que esteja em exercício no mesmo Município;
- b) somente pode haver designação, nas circunstâncias indicadas, se houver concurso de provas e títulos para a designação de interinos;
- c) a designação, nas circunstâncias indicadas, deve ser precedida de consulta a todos os agentes delegados que preencham os requisitos exigidos;
- d) delegatários de serventias extrajudiciais não podem acumular serventias, o que decorre do princípio geral que veda a acumulação de cargos ou funções;
- e) deve ser observada a ordem de classificação do último concurso de provas e títulos realizado no âmbito do Estado, salvo se a validade estiver finda, o que permitirá a designação em caráter discricionário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná.

A alternativa A está incorreta. Não precisa ser no mesmo município, conforme artigo 86-E do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná: "Art. 86-E. Não havendo substituto que atenda aos requisitos do art. 86-C, parágrafo único, e do art. 86-D, o Juiz Diretor do

Fórum designará, interinamente, como responsável pelo expediente, delegatário em exercício no mesmo município ou no município contíguo, que detenha uma das atribuições do serviço vago."

A alternativa B está incorreta. Não há necessidade de concurso nestes casos, pois a substituição é interina, provisória.

A alternativa C está correta. Conforme artigo 86-E, §1º, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná: "§1º A designação de delegatário, nos termos deste artigo, será precedida de consulta a todos os agentes delegados em exercício, no mesmo município ou no município contíguo, que detenham uma das atribuições do serviço vago."

A alternativa D está incorreta. Há a possibilidade de acumulação, conforme artigo 86-D, §1º, g, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná: " Art. 86-D. A designação de interino não poderá recair sobre pessoa condenada, em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nas seguintes hipóteses: § 1º Na mesma proibição dos incisos I e II deste artigo, incide aquele que: g) for titular de outra delegação, salvo nas hipóteses de acumulação do serviço, quando não houver escrevente substituto do serviço apto a ser designado, ou em caso de desconstituição do ato de outorga, por decisão judicial ou administrativa "

A alternativa E está incorreta. Não há necessidade de observar a ordem de classificação, pois, como regra, será indicado como interino aquele que for mais antigo, conforme artigo 86-C do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná: "Art. 86-C. Ocorrendo a vacância de serviço notarial e/ou de registro, o Juiz Diretor do Fórum designará, para responder interinamente pela serventia, o escrevente substituto mais antigo, e desimpedido, que exerça a substituição no momento da declaração da vacância.

QUESTÃO 71. Cooperativa de Guaratuba ajuizou ação em face de Cândido Toledo para cobrança de Cédula de Produto Rural (CPR) de liquidação física emitida por este em favor da primeira.

O executado defendeu-se pela via adequada, pleiteando a inexigibilidade. Segundo Cândido Toledo, (i) a CPR tem cláusula não à ordem, fato que desnatura quanto à emissão e circulação (ii) o pagamento foi previsto em prestação única e não parcelado, como deveria ser por se tratar de título vinculado a financiamento para atividade rural; e (iii) os bens vinculados em garantia à liquidação foram descritos de modo simplificado no título e não de forma completa e especializada, como deve ser na constituição de qualquer garantia real. Ao apreciar as alegações do executado, o juiz decidirá por:

a) acolher todas as alegações, já que a cláusula à ordem é requisito essencial; o pagamento deve ser parcelado e os bens vinculados ao pagamento devem ser descritos de forma completa e especializada no corpo do próprio título;

b) acolher apenas a alegação da cláusula não à ordem, pois na CPR deve constar, como requisito essencial, a cláusula à ordem;

c) acolher apenas a alegação do pagamento em prestação única, pois esta cláusula desnatura a CPR e sua causa debendi;

d) rechaçar todas as alegações, pois a PCR pode ser emitida com cláusula não à ordem; é lícito estipular pagamento em parcela única, bem como a descrição dos bens em garantia pode ser feita de forma simplificada;

e) acolher apenas a alegação da descrição simplificada dos bens dados em garantia, pois os bens vinculados ao pagamento devem ser descritos de forma completa e especializada no corpo do próprio título.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A Lei n.º 8.929/94 instituiu a Cédula de Produto Rural (CPR) cuja cédula é representativa de promessa de entrega de produtos rurais, com ou sem garantias cedularmente constituídas.

A alternativa B traz o disposto no III art. 3º da Lei em que menciona, como um dos requisitos essenciais, o nome e qualificação do credor e cláusula à ordem, ou seja, cláusula que confere ao credor a faculdade de transferir esse direito (crédito) à outra pessoa, juntamente com o documento que o incorpora.

O § 1º dispõe que sem caráter de requisito essencial, a CPR, emitida sob a forma cartular ou escritural, poderá conter outras cláusulas lançadas em seu contexto.

Art. 3º A CPR conterá os seguintes requisitos, lançados em seu contexto:

III - nome e qualificação do credor e cláusula à ordem; [\(Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020\)](#)

A alternativa A está incorreta, pois a CPR admite prestação única ou parcelada, hipótese em que as condições e o cronograma de cumprimento das obrigações deverão estar previstos no título. Além disso, os bens vinculados em garantia serão descritos de modo simplificado e, quando for o caso, serão identificados pela sua numeração própria e pelo número de registro ou matrícula no registro oficial competente, dispensada, no caso de imóveis, a indicação das respectivas confrontações.

Art. 3º A CPR conterá os seguintes requisitos, lançados em seu contexto:

VI - descrição dos bens cedularmente vinculados em garantia, com nome e qualificação dos seus proprietários e nome e qualificação dos garantidores fidejussórios;

§ 2º A descrição dos bens vinculados em garantia pode ser feita em documento à parte, assinado pelo emitente, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância.

§ 3º Os bens vinculados em garantia serão descritos de modo simplificado e, quando for o caso, serão identificados pela sua numeração própria e pelo número de registro ou matrícula no registro oficial competente, dispensada, no caso de imóveis, a indicação das respectivas confrontações.

Art. 4º A CPR é título líquido e certo, exigível pela quantidade e qualidade de produto ou pelo valor nela previsto, no caso de liquidação financeira. (Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020)

Parágrafo único. A CPR admite prestação única ou parcelada, hipótese em que as condições e o cronograma de cumprimento das obrigações deverão estar previstos no título.

A alternativa C, D e E estão incorretas pelas fundamentações descritas acima.

QUESTÃO 72. O juízo da Comarca de Vara Única de Porto de Cima decretou a falência da Refrigeração Loanda Ltda. com fundamento na impontualidade imotivada. Encerrada a arrecadação, o administrador judicial informou ao juiz que os poucos bens arrecadados são insuficientes para as despesas do processo, fato comprovado no auto de arrecadação. Ciente da comunicação, o juiz, de acordo com o disposto na lei n.º 11.101/05:

- a) determinará a oitiva do representante do Ministério Público e fixará, por meio de edital, o prazo de dez dias para os interessados se manifestarem;
- b) decretará imediatamente o encerramento da falência, ressalvada a utilização dos bens arrecadados anteriormente, que serão destinados à liquidação para a satisfação dos credores habilitados ou com pedido de reserva realizado;
- c) abrirá vista dos autos ao Comitê de Credores e ao representante do Ministério Público, podendo, ainda, determinar a convocação da assembleia de credores;
- d) prolatará decisão interlocutória de convalidação do processo de falência do rito comum para o rito sumário, a fim de que o ativo arrecadado seja alienado por adjudicação aos credores, observada a ordem de preferência entre eles;
- e) determinará a remessa do auto de arrecadação e da comunicação ao administrador judicial ao representante do Ministério Público, para fim de apuração da prática de crime falimentar pelo falido, antes ou depois da decretação de falência.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra A**.

Se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas do processo, o administrador judicial informará imediatamente esse fato ao juiz, que, ouvido o representante do Ministério Público, fixará, por meio de edital, o prazo de 10 (dez) dias para os interessados se manifestarem.

Art. 114-A. Se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas do processo, o administrador judicial informará imediatamente esse fato ao juiz, que, ouvido o representante do Ministério Público, fixará, por meio de edital, o prazo de 10 (dez) dias para os interessados se manifestarem. [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)](#)

§ 1º Um ou mais credores poderão requerer o prosseguimento da falência, desde que paguem a quantia necessária às despesas e aos honorários do administrador judicial, que serão considerados despesas essenciais nos termos estabelecidos no inciso I-A do **caput** do art. 84 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)](#)

§ 2º Decorrido o prazo previsto no **caput** sem manifestação dos interessados, o administrador judicial promoverá a venda dos bens arrecadados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para bens móveis, e de 60 (sessenta) dias, para bens imóveis, e apresentará o seu relatório, nos termos e para os efeitos dispostos neste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)](#)

§ 3º Proferida a decisão, a falência será encerrada pelo juiz nos autos. [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)](#)

Nesse sentido, as letras B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 73. Candóí, Mallet e Pérola, acionistas minoritários de Matadouro e Frigorífico Douradina S/A, companhia fechada, questionam em juízo a instituição de voto plural mediante reforma estatutária aprovada em assembleia geral extraordinária. No processo são discutidos aspectos como admissibilidade do voto plural em companhias fechadas, classes de ações ordinárias com voto plural, direito de retirada de acionista dissidente, quórum para aprovação da medida e máximo de votos por ação.

Sobre tais aspectos, é correto afirmar que:

a) somente o estatuto de companhias fechadas e de capital autorizado pode admitir a criação de ações ordinárias com voto plural, em linha com as prerrogativas dessas companhias de emissão privada de bônus de subscrição;

b) a criação de classe de ações ordinárias com voto plural depende do voto favorável de acionistas que representam a metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, vedada exigência de quórum maior em companhias abertas;

c) tal qual as ações preferenciais de classe especial, as ações ordinárias com voto plural serão de classe única e assegurarão a seus titulares dividendo prioritário, no mínimo, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária comum;

d) nas companhias fechadas, a aprovação da criação de classe de ações ordinárias com voto plural ou a alteração nos direitos e vantagens dos acionistas assegura aos dissidentes da deliberação o direito de retirada mediante reembolso do valor de suas ações;

e) a criação de qualquer classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural encontra na lei de sociedades por ações o limite máximo de dez votos por ação ordinária.

Comentários

A alternativa correta a ser marcada é a **letra E**.

Na sociedade anônima, as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

As ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas, em função de: conversibilidade em ações preferenciais; exigência de nacionalidade brasileira do acionista; ou direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos; atribuição de voto plural a uma ou mais classes de ações, observados o limite e as condições dispostos no art. 110-A da Lei n.º 6.404/76.

Pois bem. De acordo com o art. 110 da LSA, a cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembleia-geral.

Na companhia fechada, é admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária.

A alternativa A está incorreta, pois é admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária: na companhia aberta, desde que a criação da classe ocorra previamente à negociação de quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão em mercados organizados de valores mobiliários, conforme art. 110-A, II, da LSA.

A alternativa B está incorreta, a criação de classe de ações ordinárias com atribuição do voto plural depende do voto favorável de acionistas que representem: metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e metade, no mínimo, das ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, se emitidas, reunidas em assembleia especial convocada.

O estatuto social da companhia, aberta ou fechada, poderá exigir quórum maior para as deliberações.

Art. 110-A. É admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária: [\(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021\)](#)

I - na companhia fechada; e [\(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021\)](#)

II - na companhia aberta, desde que a criação da classe ocorra previamente à negociação de quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão em mercados organizados de valores mobiliários. [\(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021\)](#)

§ 1º A criação de classe de ações ordinárias com atribuição do voto plural depende do voto favorável de acionistas que representem: [\(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021\)](#)

I - metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e [\(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021\)](#)

II - metade, no mínimo, das ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, se emitidas, reunidas em assembleia especial convocada e instalada com as formalidades desta Lei.

§ 3º O estatuto social da companhia, aberta ou fechada, nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, poderá exigir quórum maior para as deliberações de que trata o § 1º deste artigo.
(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021)

A alternativa C está incorreta, pois é admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária.

Sendo que, a criação de classe de ações ordinárias com atribuição do voto plural depende do voto favorável de acionistas que representem: metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e metade, no mínimo, das ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, se emitidas, reunidas em assembleia especial convocada.

Art. 110-A. É admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária: [\(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021\)](#)

I - na companhia fechada; e [\(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021\)](#)

II - na companhia aberta, desde que a criação da classe ocorra previamente à negociação de quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão em mercados organizados de valores mobiliários.

A alternativa D está incorreta, pois será assegurado aos acionistas dissidentes o direito de se retirarem da companhia mediante reembolso do valor de suas ações nos termos do art. 45 da LSA, salvo se a criação da classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural já estiver prevista ou autorizada pelo estatuto.

Art. 110-A. É admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária:

(...)

§ 2º Nas deliberações de que trata o § 1º deste artigo, será assegurado aos acionistas dissidentes o direito de se retirarem da companhia mediante reembolso do valor de suas ações nos termos do art. 45 desta Lei, salvo se a criação da classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural já estiver prevista ou autorizada pelo estatuto.

QUESTÃO 74. Uma das inovações da reforma falimentar promovida pela Lei nº 14.112/2020 foi a previsão de apresentação de plano alternativo pelos credores, em caso de rejeição do plano apresentado pelo devedor na assembleia de credores que tiver por objeto deliberar sobre ele. Acerca do plano alternativo, é correto afirmar que:

a) é dispensável o laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada;

b) deverá ter o apoio por escrito de credores que representam, cumulativamente, mais de 25% dos créditos totais sujeitos à recuperação judicial e, no mesmo percentual, dos créditos à assembleia-geral que rejeitou o plano do devedor;

c) poderá prever isenção das garantias pessoais previstas por pessoas naturais ou jurídicas em relação aos créditos a serem novados, permitidas ressalvas de voto;

d) poderá prever à capitalização de créditos, porém com manutenção do controle da recuperanda, sendo, em razão disso, vedado o exercício do direito de retirada do sócio;

e) não poderá imputar aos sócios da recuperanda obrigações novas, não previstas em lei ou em contratos anteriormente celebrados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Os credores somente poderão propor plano alternativo desde que esse plano obedeça às regras dispostas nos §§ 4º, 5º, 6º e 7º do art. 56 da LFR.

Conforme disposto no art. 56, § 6º, IV, da LRF: o plano de recuperação judicial, proposto pelos credores, somente será posto em votação caso satisfeitas, cumulativamente, as seguintes condições: não imputação de obrigações novas, não previstas em lei ou em contratos anteriormente celebrados, aos sócios do devedor.

Agora vejamos os artigos citados na fundamentação.

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

(...)

§ 4º-A. O decurso do prazo previsto no § 4º deste artigo sem a deliberação a respeito do plano de recuperação judicial proposto pelo devedor faculta aos credores a propositura de plano alternativo, na forma dos §§ 4º, 5º, 6º e 7º do art. 56 desta Lei, observado o seguinte: [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)](#)

I - as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do **caput** deste artigo não serão aplicáveis caso os credores não apresentem plano alternativo no prazo de 30 (trinta) dias, contado do final do prazo referido no § 4º deste artigo ou no § 4º do art. 56 desta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)](#)

II - as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do **caput** deste artigo perdurarão por 180 (cento e oitenta) dias contados do final do prazo referido no § 4º deste artigo, ou da realização da assembleia-geral de credores referida no § 4º do art. 56 desta Lei, caso os credores apresentem plano alternativo no prazo referido no inciso I deste parágrafo ou no prazo referido no § 4º do art. 56 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)](#)

Art. 56. Havendo objeção de qualquer credor ao plano de recuperação judicial, o juiz convocará a assembleia-geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação.

§ 6º O plano de recuperação judicial proposto pelos credores somente será posto em votação caso satisfeitas, cumulativamente, as seguintes condições:

(...)

IV - não imputação de obrigações novas, não previstas em lei ou em contratos anteriormente celebrados, aos sócios do devedor;

Dessa forma, as alternativas A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 75. O Estado X, visando incentivar a instalação de indústrias de beneficiamento de produtos cárneos em seu território, aprova lei estadual concedendo crédito presumido de ICMS correspondente a 6% do valor da operação. A indústria Carnes Saudáveis S/A se instala no território do Estado X, mas seu principal parceiro comercial é o Supermercado Vende Bem, que se situa no Estado Y e adquire seus produtos para venda a consumidor final.

Considerando que a alíquota interestadual de ICMS é de 12% e que, no Estado Y, a alíquota de ICMS é de 19%, com base na legislação de ICMS e no entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) havendo autorização pelo Confaz, o benefício concedido pelo Estado X é válido, contudo, considerando que não houve efetivo recolhimento, à luz do princípio da não cumulatividade, poderá o Estado Y cobrar 13% do Supermercado Vende Bem;
- b) mesmo havendo autorização pelo Confaz, o benefício concedido pelo Estado X viola o princípio constitucional da não cumulatividade, podendo o Estado Y realizar o estorno proporcional dos créditos e cobrar 6% da indústria Carnes Saudáveis S/A, de forma a minimizar os efeitos da guerra fiscal;
- c) lei do Estado Y que não admita o crédito presumido instituído por lei do Estado X sem autorização pelo Confaz é inconstitucional por não caber a ente da federação se imiscuir em papel do Poder Judiciário, a quem compete o controle de constitucionalidade;
- d) é constitucional lei do Estado Y que zele pela harmonia do pacto federativo e determine o estorno proporcional do crédito de ICMS concedido pelo Estado X em operação precedente quando não houver autorização do benefício pelo Confaz;
- e) o Supermercado Vende Bem não poderá ter seus créditos de ICMS glosados pelo Estado Y, caso o benefício tenha sido instituído sem autorização pelo Confaz, pelo fato de a exigência de que ele se responsabilize por benefícios de seu fornecedor afrontar a segurança jurídica.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

De acordo com Tema de Repercussão Geral 490 do STF, exarado no julgamento do RE 628075: “Tema 490 - Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal. Tese: O estorno proporcional de crédito de ICMS efetuado pelo Estado de destino, em razão de crédito fiscal presumido concedido pelo Estado de origem sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), não viola o princípio constitucional da não cumulatividade.”

Desta feita, será constitucional lei do Estado Y que determine o estorno proporcional do crédito de ICMS concedido pelo Estado X em razão do crédito fiscal presumido concedido sem autorização do CONFAZ.

Vejamos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. De acordo com Tema de Repercussão Geral 490 do STF, acima transcrito, basta que o crédito fiscal seja presumido concedido pelo Estado de origem.

As alternativas B e C estão incorretas. De acordo com Tema de Repercussão Geral 490 do STF, acima transcrito, o benefício concedido pelo Estado X não viola o princípio constitucional da não cumulatividade; logo, não há de se falar em inconstitucionalidade.

A alternativa E está incorreta. De acordo com Tema de Repercussão Geral 490 do STF, acima transcrito, é sim possível o estorno, caso o benefício tenha sido instituído sem autorização pelo CONFAZ.

QUESTÃO 76. Álvaro, residente em Curitiba, já aposentado, resolve doar para sua filha Nara as cotas de participação que tem na empresa Tudo Meu Ltda., localizada em Apucarana. Nara mora e trabalha em Aracaju (Sergipe), mas tem residência em Curitiba.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direito (ITCMD) será devido:

- a) em Sergipe e deverá ser recolhido pela donatária;**
- b) no Paraná e deverá ser recolhido pela donatária;**
- c) em Sergipe e deverá ser recolhido pelo doador;**
- d) no Paraná e deverá ser recolhido pelo doador;**
- e) no Paraná, mas doações para filho(a) de cotas de sociedade são isentas no Estado.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

Inicialmente, importante mencionar que o ITCMD irá incidir sobre a referida doação, de acordo com art. 8º, I, da Lei Estadual 18.573/2015: “Art. 8º O ITCMD também incidirá sobre a transmissão: I - de qualquer título ou direito representativo do patrimônio ou do capital de sociedade e companhia, tais como ação, quota, quinhão, participação civil ou comercial, nacional ou estrangeira, direito societário, debênture, dividendo e crédito de qualquer natureza;”

Como se trata de bem móvel e o doador tem domicílio no Paraná, pode-se dizer que o ITCMD será devido no Paraná, de acordo com art. 8º, § 2º, III, da Lei Estadual 18.573/2015: “§ 2º Ficam sujeitos ao imposto de que trata esta Lei os bens móveis e os direitos a eles relativos, inclusive os que se encontrem em outra unidade federada, no caso de: III - o doador ter domicílio neste Estado.”

Ademais, de acordo com art. 14, inciso II c/c inciso VIII, da Lei Estadual 18.573/2015: “Art. 14. O contribuinte do imposto é: II - o donatário, nas transmissões por doação; VIII - o doador, no caso da doação de bem móvel, título ou crédito, bem como dos direitos a eles relativos, na hipótese de o donatário não residir nem for domiciliado no Estado.”. Logo, a contrario sensu, como a donatária tem residência no Estado do Paraná, não se aplica o inciso VIII, e sim o inciso II. Portanto, o ITCMD deverá ser recolhido por Nara (donatária). Correta, portanto, a alternativa B.

Utilizando-se como justificativa a mesma base legal acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 77. Arthur, morador de determinada cidade no Paraná, tem dívidas com o Município do IPTU do imóvel de sua propriedade no valor de R\$ 10.000,00 desde 2020, de taxa de coleta de lixo no valor de R\$ 2.400,00 desde 2021, além do imóvel de seu filho, Everton, de 16 anos, que também tem dívidas de IPTU desde 2019 no valor de R\$ 6.200,00.

Havendo a possibilidade de pagamento de algumas dessas dívidas, a ordem a ser seguida será:

a) IPTU do imóvel próprio, IPTU do imóvel do filho e taxa de coleta de lixo em razão da ordem decrescente dos montantes e pela prioridade dos impostos em relação às taxas;

b) IPTU do imóvel do filho, IPTU do imóvel próprio e taxa de coleta de lixo pela ordem crescente dos prazos de prescrição e pela prioridade dos impostos em relação às taxas;

c) taxa de coleta de lixo, IPTU do imóvel do filho e IPTU do imóvel próprio pela ordem crescente dos montantes e pela prioridade dos impostos em relação às taxas;

d) IPTU do imóvel próprio, taxa de coleta de lixo e IPTU do imóvel do filho pela prioridade aos débitos por obrigação própria e depois como responsável tributário, inexistindo prioridade entre taxas e impostos;

e) taxa de coleta de lixo, IPTU do imóvel próprio e IPTU do imóvel do filho pela prioridade aos débitos por obrigação própria e depois como responsável tributário e das taxas em relação aos impostos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

De acordo com artigo 163, I e II, do CTN: “Art. 163. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que enumeradas: I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária; II - primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos;”

Portanto, a ordem de pagamento a ser seguida, quando o sujeito passivo tem vários débitos para com a mesma pessoa jurídica de direito público, é a seguinte: primeiro os débitos por obrigação própria e, depois, os decorrentes de responsabilidade tributária; e primeiro as contribuições de melhoria, depois as taxas e, por fim, os impostos.

Desta feita, Arthur deverá pagar, primeiro, os débitos relativos ao imóvel de sua propriedade, quais sejam: IPTU do seu imóvel e taxa de coleta de lixo referente a seu imóvel. Entre esses dois débitos, o pagamento das taxas deve preceder o pagamento dos impostos; logo, primeiro deverá ser paga a taxa de coleta de lixo e, depois, o IPTU. Após isso é que vêm os débitos relativos ao imóvel seu deu filho (dívidas de IPTU).

Assim, a ordem de pagamento será taxa de coleta de lixo > IPTU do imóvel próprio > IPTU do imóvel do filho. Correta, portanto, a alternativa E.

Utilizando-se como justificativa a mesma base legal acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 78. A empresa Lunares Participações Ltda. foi constituída tendo como objeto social a participação societária em outras empresas e capital social de R\$ 50 mil. Seus dois sócios, cada um detentor de 50% das cotas, integralizaram o capital da seguinte forma: Alberto integralizou um apartamento no valor de R\$ 55 mil e R\$ 5 mil em dinheiro e Antônio integralizou três lojas no valor de R\$ 50 mil.

A respeito da operação celebrada, é correto afirmar que:

- a) sobre o valor do capital social a ser integralizado em dinheiro incide ITD e sobre o valor a ser integralizado em imóveis incide ITBI;
- b) há imunidade sobre o valor do capital social a ser subscrito integralizado em dinheiro e incide ITBI sobre o valor a ser integralizado em imóveis;
- c) Considerando que os recursos foram empregados para integralização do capital social, há que se reconhecer a incidência de imunidade;
- d) sobre os bens e valores destinados à integralização do capital social a ser subscrito incide ITD;
- e) há imunidade até o limite do valor do capital social, incidindo ITBI sobre o valor dos imóveis que superar o valor do capital a ser subscrito.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

De acordo com Tema de Repercussão Geral 796 do STF, exarado no julgamento do RE 796376: “Tema 796 - Alcance da imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição, sobre imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, quando o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado. Tese: A imunidade em relação ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.”

Veja que o valor integralizado referente a imóveis foi de 105 mil reais, mas o capital social é de apenas 50 mil reais; ou seja, a imunidade somente irá até este valor, havendo incidência do ITBI sobre os 55 mil reais (relativos a imóveis) integralizados excedentes. Logo, correta a alternativa E.

Utilizando-se como justificativa a mesma base jurisprudencial acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 79. A empresa X, sediada em Ponta Grossa, foi contratada pela Prefeitura de Paranaguá para a conservação de vias e logradouros públicos e também para corte e poda de árvores.

Quanto a apenas este contrato, o imposto que irá incidir e o(s) ente(s) federativo(s) para o(s) qual(is) será(serão) devido(s), respectivamente, são:

- a) Imposto de Serviços de Qualquer Natureza para Ponta Grossa em relação ao corte e poda de árvores, e para Paranaguá, quanto à conservação de vias e logradouros públicos;
- b) Imposto de Serviços de Qualquer Natureza para Ponta Grossa em relação ao corte e poda de árvores e à conservação de vias e logradouros públicos;
- c) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços para o Estado do Paraná;
- d) Imposto de Serviços de Qualquer Natureza para Paranaguá em relação ao corte e poda de árvores e à conservação de vias e logradouros públicos;
- e) Imposto de Serviços de Qualquer Natureza para Paranaguá em relação ao corte e poda de árvores, e para Ponta Grossa, quanto à conservação de vias e logradouros públicos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

De acordo com artigo 3º, incisos VII e VIII da LC 116/2003: “Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa; VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;”

Assim sendo, incidirá ISSQN sobre o serviço de conservação de vias e logradouros públicos, no seu local de execução (Paranaguá); e também incidirá ISSQN sobre o serviço de corte e poda de árvores no seu local de execução (Paranaguá). Logo, correta a letra D.

Utilizando-se como justificativa a mesma base legal acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 80. Nos últimos anos, muito se vem discutindo sobre as mudanças do clima, que já são uma realidade com consequências severas no Brasil e no mundo. Várias atividades humanas contribuem para o aquecimento global, ocasionando as chamadas mudanças climáticas, merecendo destaque o desmatamento, a utilização de combustíveis fósseis para geração de energia, atividades industriais, conversão do uso do solo, agropecuária e gestão irregular de resíduos sólidos. Tais atividades emitem grande quantidade de gás carbônico e de gases formadores do efeito estufa.

Nesse contexto, foi editada a Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Tal diploma legal elenca uma série de diretrizes da PNMC, **EXCETO**:

- a) a utilização de instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima;
- b) o estímulo e o apoio à manutenção e à promoção de práticas, atividades e tecnologias de baixas emissões de gases de efeito estufa, e de padrões sustentáveis de produção e consumo;
- c) o estímulo e o apoio à participação dos governos federal, estadual, distrital e municipal, assim como do setor produtivo, do meio acadêmico e da sociedade civil organizada, no desenvolvimento e na execução de políticas, planos, programas e ações relacionados à mudança do clima;
- d) a promoção da cooperação internacional no âmbito bilateral, regional e multilateral para o financiamento, a capacitação, o desenvolvimento, a transferência e a difusão de tecnologias e processos para a implementação de ações de mitigação e adaptação, incluindo a pesquisa científica, a observação sistemática e o intercâmbio de informações;
- e) a promoção e o desenvolvimento de pesquisas científico-tecnológicas, e a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio do fomento de emissões antrópicas por fontes e da diminuição das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois se trata, sim, de diretriz da PNMC, conforme art. 5º, VII, da Lei 12.187/2009: “Art. 5º São diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima: VII - a utilização

de instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima, observado o disposto no art. 6º;”

A alternativa B está incorreta, pois se trata, sim, de diretriz da PNMC, conforme art. 5º, XIII, da Lei 12.187/2009: “Art. 5º São diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XIII - o estímulo e o apoio à manutenção e à promoção: a) de práticas, atividades e tecnologias de baixas emissões de gases de efeito estufa; b) de padrões sustentáveis de produção e consumo.”

A alternativa C está incorreta, pois se trata, sim, de diretriz da PNMC, conforme art. 5º, V, da Lei 12.187/2009: “Art. 5º São diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima: V - o estímulo e o apoio à participação dos governos federal, estadual, distrital e municipal, assim como do setor produtivo, do meio acadêmico e da sociedade civil organizada, no desenvolvimento e na execução de políticas, planos, programas e ações relacionados à mudança do clima;”

A alternativa D está incorreta, pois se trata, sim, de diretriz da PNMC, conforme art. 5º, X, da Lei 12.187/2009: “Art. 5º São diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima: X - a promoção da cooperação internacional no âmbito bilateral, regional e multilateral para o financiamento, a capacitação, o desenvolvimento, a transferência e a difusão de tecnologias e processos para a implementação de ações de mitigação e adaptação, incluindo a pesquisa científica, a observação sistemática e o intercâmbio de informações;”

A alternativa E está correta, pois é a única alternativa que não traz uma diretriz da PNMC. De acordo com art. 5º, VI, alínea “a”, da Lei 12.187/2009, não há de se falar em “fomento de emissões antrópicas por fontes e da diminuição das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa”, mas sim o contrário. Veja: “Art. 5º São diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima: VI - a promoção e o desenvolvimento de pesquisas científico-tecnológicas, e a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a: a) mitigar a mudança do clima por meio da redução de emissões antrópicas por fontes e do fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa;”

QUESTÃO 81. Em importante julgamento em matéria ambiental, o Supremo Tribunal Federal analisou a constitucionalidade de diversos dispositivos na Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente.

Decidiu o STF que a repartição de competências comuns, instituída pela LC nº 140/2011, mediante atribuição prévia e estática das competências administrativas de fiscalização ambiental aos entes federados, atende às exigências do princípio da subsidiariedade e do perfil cooperativo do modelo de federação, cuja finalidade é conferir efetividade nos encargos constitucionais de proteção dos valores e direitos fundamentais.

Nesse contexto, todas as normas da citada lei abaixo relacionadas foram declaradas constitucionais pelo STF, EXCETO a seguinte, que foi objeto de interpretação conforme a Constituição:

a) os entes federativos podem valer-se, entre outros, do instrumento de cooperação institucional da delegação de atribuições de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar;

b) a renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de cento e vinte dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente;

c) nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, o ente federativo que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando imediatamente ao órgão competente para as providências cabíveis;

d) os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, em algumas hipóteses, como, inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação;

e) as ações administrativas dos Municípios incluem, observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, a promoção do licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

De acordo com julgamento da ADI 4757 pelo STF, vários dispositivos da LC 140/2011 foram considerados constitucionais. Veja: "(...) 14. Improcedência dos pedidos de declaração de inconstitucionalidade dos arts. 4º, V e VI, 7º, XIII, XIV, "h", XV e parágrafo único, 8º, XIII e XIV, 9º, XIII e XIV, 14 § 3º, 15, 17, caput e §§ 2º, 20 e 21, Lei Complementar nº 140/2011 e, por arrastamento, da integralidade da legislação. (...)"

Analisemos as alternativas.

A alternativa A está incorreta. De acordo com julgamento da ADI 4757 pelo STF, acima mencionado, o artigo 4º, V, da LC 140/2011 foi considerado constitucional. Veja o que diz o referido dispositivo: "Art. 4º Os entes federativos podem valer-se, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional: V - delegação de atribuições de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar;"

A alternativa B está correta. Esta é a única alternativa que não traz dispositivo declarado constitucional pelo STF no julgamento da ADI 4757. Na verdade, sobre o artigo 14, § 4º, da LC 140/2011, o Supremo assim decidiu: "15. Procedência parcial da ação direta para conferir interpretação conforme à Constituição Federal: (i) ao § 4º do art. 14 da Lei Complementar nº 140/2011 para estabelecer que a omissão ou mora administrativa imotivada e desproporcional na manifestação definitiva sobre os pedidos de renovação de licenças ambientais instaura a competência supletiva dos demais entes federados nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, como previsto no art. 15 e (ii) ao § 3º do art. 17 da Lei Complementar nº 140/2011, esclarecendo que a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória."

De acordo com artigo 14, § 4º, da LC 140/2011: "§ 4º A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente."

A alternativa C está incorreta. De acordo com julgamento da ADI 4757 pelo STF, acima transcrito, o artigo 17, § 2º, da LC 140/2011 foi considerado constitucional. Veja o que diz o referido dispositivo: "§ 2º Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, o ente federativo que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando imediatamente ao órgão competente para as providências cabíveis."

A alternativa D está incorreta. De acordo com julgamento da ADI 4757 pelo STF, acima transcrito, o artigo 15 da LC 140/2011 foi considerado constitucional. Veja o que diz o referido dispositivo: “Art. 15. Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses: (...) II - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação; e”

A alternativa E está incorreta. De acordo com julgamento da ADI 4757 pelo STF, acima transcrito, o artigo 9º, XIV, da LC 140/2011 foi considerado constitucional. Veja o que diz o referido dispositivo: “Art. 9º São ações administrativas dos Municípios: XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos: b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);”

QUESTÃO 82. O Estado Delta editou lei instituindo a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, objetivando promover o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira como forma de promoção de programas de Inclusão social, de qualidade de vida das comunidades pesqueiras, de geração de trabalho e renda e de conservação da biodiversidade aquática para o usufruto desta e das gerações futuras. No referido diploma legislativo, consta norma que dispõe que é proibida a pesca mediante a utilização de toda e qualquer rede de arrasto tracionada por embarcações motorizadas, em todo o território do Estado Delta, incluindo as 12 milhas náuticas da faixa marítima da zona costeira do Estado.

Inconformado com a nova política pública estadual ligada à pesca, a Associação de Pescadores Alfa ajuizou ação civil pública formulando uma série de pedidos e, para tal, requereu o reconhecimento da inconstitucionalidade incidenter tantum da norma acima citada, que determinou a vedação estadual à pesca de arrasto motorizado no mar territorial da zona costeira no Estado Delta.

Atento à Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, o magistrado deve considerar tal norma:

a) inconstitucional, por violação da ordem econômica, que é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da Justiça social;

b) inconstitucional, por ofender os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamento da República Federativa do Brasil, que são considerados cláusula pétrea e, portanto, de observância obrigatória por toda legislação infraconstitucional;

c) inconstitucional, por afronta à competência prevista na Carta Magna do Congresso Nacional para legislar sobre bens de domínio da União, no caso, o mar territorial da zona costeira no Estado Delta;

d) constitucional, uma vez que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre pesca, fauna, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente;

e) constitucional, porque a relação de dominialidade sobre os bens públicos coincide com o poder de dispor sobre o regime jurídico de tais bens e as competências legislativas decorrem, por implícita derivação, da titularidade sobre determinado bem público, no caso, a região costeira estadual que pertence ao Estado Delta.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

De acordo com julgamento da ADI 6218 pelo STF: “EMENTA: 1. A controvérsia constitucional: vedação à pesca de arrasto na faixa marítima da zona costeira do Estado do Rio Grande do Sul (Lei gaúcha nº 15.223/2018). 2. Federação e repartição constitucional de competências. 3. Mar territorial brasileiro e competência legislativa. 4. A questão da competência comum e da competência legislativa concorrente sob a égide do federalismo de cooperação. 5. Competência do Estado-membro para legislar concorrentemente, em contexto de condomínio legislativo, com a União Federal, em tema de defesa do meio ambiente, inclusive estabelecendo medidas para proteção ao meio ambiente marinho. 6. Importante precedente do Supremo Tribunal Federal que reconheceu aos Estados-membros legitimidade para editar leis estaduais que vedem a prática da pesca predatória, especialmente quando realizada mediante a técnica da pesca de arrasto no mar territorial brasileiro (ADI 861-MC/AP, Pleno). 7. O princípio que veda o retrocesso ambiental não permite que se suprimam ou que se reduzam os níveis de concretização já alcançados em tema de direito ambiental. 8. A preservação da integridade do meio ambiente: expressão constitucional de um direito fundamental que assiste à generalidade das pessoas, qualificando-se como dever-poder que também se impõe aos Estados-membros. A Lei gaúcha n. 15.223/2018 como instrumento de legítima realização dos fins visados pelo art. 225 da Constituição da República. 9. A atividade econômica (e profissional) não pode ser exercida em conflito com os princípios constitucionais destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente (CF, art. 170, VI). 10. Legitimidade da denegação da medida cautelar “ad referendum” do Plenário do Supremo Tribunal Federal em face da inoportunidade, no caso, da plausibilidade jurídica da pretensão de inconstitucionalidade e, também, em razão da necessidade de pronunciamento imediato sobre o litígio constitucional “sub judice”. Medida cautelar indeferida “ad referendum” do E. Plenário do Supremo Tribunal Federal.”

Assim sendo, a referida lei é constitucional, pois compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre pesca, fauna, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente. Correta, portanto, a letra D.

Utilizando como justificativa a mesma base jurisprudencial acima mencionada, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 83. A companhia Z S/A foi contratada após regular processo licitatório pelo Estado Alfa para prestar serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado. João, dirigente da companhia, oferece dez mil reais à fiscal do contrato, Regina, para que ela ateste a troca dos filtros desses aparelhos que, na realidade, não foi efetuada. Regina, indignada, recusa-se a receber a quantia e comunica o fato a autoridade competente, que instaura procedimento administrativo para apurar a conduta da companhia e de João.

Quanto à responsabilização da companhia Z S/A e de João, é correto afirmar que

- a) a responsabilização civil e administrativa da companhia Z S/A exclui a responsabilidade de João;**
- b) apenas João pode ser responsabilizado civil e administrativamente pela prática do ato lesivo;**
- c) a companhia Z S/A só pode ser responsabilizada civil e administrativamente caso João também o seja;**

d) João não cometeu ilícito, pois não ocorreu a efetiva lesão ao erário, dada a recusa de Regina;

e) a responsabilização da companhia Z S/A não exclui a responsabilidade individual de João.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

De acordo com artigo 3º da Lei 12.846/2013: “Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito”. Correta, pois, a letra E.

Utilizando como justificativa o mesmo dispositivo legal, as alternativas A e B ficam automaticamente incorretas.

A alternativa C está incorreta. De acordo com artigo 3º, § 1º, da Lei 12.846/2013, tal responsabilização é independente: “§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.”

A alternativa D está incorreta. Não é obrigatório haver efetiva lesão ao erário para que se considere praticado o ilícito. De acordo com artigo 5º da Lei 12.846/2013: “Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:”

QUESTÃO 84. De acordo com o Art. 2º da Lei nº XX/2023 do Município Ômega, “o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau inclusive, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções”.

Esse dispositivo, à luz da jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, é:

a) inconstitucional, pois compete apenas à União Federal, aos Estados e ao Distrito Federal legislar privativamente sobre parentesco;

b) inconstitucional, pois o Município não detém competência para legislar sobre nepotismo, contratos administrativos e licitações;

c) constitucional, devendo, porém, ser excluída a interpretação que veda contratações com pessoas vinculadas a servidores que não exercem cargo em comissão ou função de confiança;

d) constitucional, sendo proporcional a vedação de contratações com pessoas vinculadas a servidores que não exercem função de direção, chefia ou assessoramento;

e) constitucional, pois compete aos Municípios legislar sobre normas gerais e específicas de contratação e licitação com o poder público municipal.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

De acordo com Tema 1001 de Repercussão Geral, fixado no julgamento do RE 910552/MG: “É constitucional o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa

suplementar, que proíba a participação em licitação ou a contratação: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais.” STF. Plenário. RE 910.552/MG, Rel. Min. Cármen Lúcia, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 01/7/2023 (Repercussão Geral – Tema 1001)

Ademais, veja trecho da decisão: “É constitucional – por não violar o sistema de repartição de competências e atender à vedação ao nepotismo – norma municipal que proíbe a celebração de contratos do município com agentes públicos municipais e respectivos parentes, até o terceiro grau. Contudo, esse impedimento não se aplica às pessoas ligadas – por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, inclusive, ou por adoção – a servidores municipais não ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, sob pena de infringência ao princípio da proporcionalidade.”

Assim, o dispositivo é constitucional, devendo, porém, ser excluída a interpretação que veda contratações com pessoas vinculadas a servidores que não exercem cargo em comissão ou função de confiança. Portanto, correta a alternativa C.

Tomando por base o mesmo entendimento jurisprudencial acima mencionado, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 85. Lei do Estado Y, de iniciativa do Tribunal de Contas local, prevê a criação de dez cargos de procurador (advogado) daquela Corte de Contas, a serem providos por candidatos aprovados em concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sobre a criação de órgãos de representação judicial dos tribunais de contas no âmbito dos Estados-membros e do Distrito Federal, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que é:

a) vedada, por implicar violação ao Art. 132 da Constituição da República, que impõe a unicidade da representação judicial dos Estados e do Distrito Federal pelas Procuradorias do Poder Executivo;

b) vedada, porque o Ministério Público de Contas é o órgão responsável pela representação judicial dos Tribunais de Contas, conforme dispõe o Art. 130 da Constituição da República;

c) permitida, mas, no caso, a lei é inconstitucional, pois a iniciativa para a criação da Procuradoria é privativa do governador do Estado Y, já que se trata de lei que criou cargo público;

d) permitida, pois o Tribunal de Contas tem as prerrogativas de cobrar multas e débitos por meio de Procuradoria própria e de oferecer contestação em todas as ações de rito comum ajuizadas por servidores do mesmo Tribunal;

e) permitida, pois o Tribunal de Contas tem autonomia constitucional, sendo admitida a criação, por lei, de órgão próprio de assessoramento e representação judicial, em defesa das prerrogativas da instituição.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 5215: “EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE CRIA O CARGO DE PROCURADOR AUTÁRQUICO, EM ESTRUTURA PARALELA À PROCURADORIA DO ESTADO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. 1. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que viola a separação dos poderes emenda à Constituição Estadual que trate de regime jurídico de servidores públicos, em razão de se tratar de matéria reservada à lei ordinária e de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Precedentes. 2. O exercício da atividade de representação judicial e de consultoria jurídica no âmbito dos Estados e do Distrito Federal é de competência exclusiva dos Procuradores do Estado (art. 132, CF/88), sendo vedada a criação de Procuradoria Autárquica para a consultoria e o assessoramento jurídico das autarquias e fundações estaduais. 3. O modelo constitucional da atividade de representação judicial e consultoria jurídica dos Estados exige a unicidade orgânica da advocacia pública estadual, incompatível com a criação de órgãos jurídicos paralelos para o desempenho das mesmas atribuições no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta, com exceção dos seguintes casos: (i) procuradorias jurídicas nas Assembleias Legislativas e Tribunais de Contas para a defesa de sua autonomia e assessoramento jurídico de suas atividades internas (ADI 94, Rel. Min. Gilmar Mendes); (ii) contratação de advogados particulares em casos especiais (Pet 409-AgR, Rel. Min. Celso de Mello); e (iii) consultorias paralelas à advocacia estadual que já exerciam esse papel à época da promulgação da Constituição de 1988 (art. 69 do ADCT). (...)”.

Portanto, é permitida a criação de órgãos de representação judicial dos tribunais de contas no âmbito dos Estados-membros e do Distrito Federal, pois o Tribunal de Contas tem autonomia constitucional, sendo admitida a criação, por lei, de órgão próprio de assessoramento e representação judicial, em defesa das prerrogativas da instituição. Logo, correta a alternativa E.

Tomando por base o mesmo entendimento jurisprudencial acima mencionado, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 86. A Constituição do Estado Y prevê que a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas. no território daquela unidade federativa brasileira dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa.

À luz da jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, essa norma é:

- a) constitucional, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre meio ambiente;**
- b) inconstitucional, pois compete privativamente à União Federal legislar sobre os serviços de energia;**
- c) constitucional, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre contratos de concessão;**
- d) inconstitucional pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre restrições ao direito de construir;**
- e) constitucional, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre energia elétrica e recursos hidrelétricos.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 7076: “1. É inconstitucional, por vício formal, dispositivo da Constituição paranaense que impõe condições para a construção de

centrais termoeletricas, hidrelétricas e termonucleares, em razão da violação à competência privativa da União para explorar tais serviços e legislar a seu respeito (arts. 21, XII, “b”, XIX e XXIII e 22, IV e XXVI, da Constituição Federal). Precedentes. 2. Ação conhecida e pedido julgado procedente, para declarar a inconstitucionalidade, por vício formal, da redação original do art. 209 da Constituição do Estado do Paraná.” (ADI 7076, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 27-06-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-142 DIVULG 18-07-2022 PUBLIC 19-07-2022)

Portanto, a referida norma é inconstitucional, pois compete privativamente à União Federal legislar sobre os serviços de energia. Logo, correta a letra B.

Tomando por base o mesmo entendimento jurisprudencial acima mencionado, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 87. O Município de RLT pretende implantar um sistema de segurança de dados de alta sofisticação para lidar com os recorrentes vazamentos de dados de que padece, considerando sua peculiar posição geográfica estratégica na divisa com outro país.

Pretende-se que o novo sistema atenda a essas necessidades especiais de gestão pública com técnicas customizadas que, até o presente momento, o Município de RLT não consegue especificar.

Considerando essa narrativa e a incidência da Lei nº 14.133/2021, a forma de contratação pública que melhor atende às finalidades públicas e é juridicamente viável é:

a) a contratação direta por inexigibilidade, considerando que, para atendimento das especificidades locais, o sistema de segurança de dados apenas poderá ser disponibilizado por fornecedor único;

b) a contratação de encomenda tecnológica por inexigibilidade de licitação, considerando que o objeto poderá envolver desenvolvimento e inovação tecnológica;

c) a contratação direta por dispensa, uma vez que essa contratação envolve transferência de tecnologia de produto estratégico ao Município de RLT;

d) a licitação na modalidade diálogo competitivo, devendo-se observar, dentre outros requisitos, a necessária publicação do edital com as necessidades e exigências dispostas na narrativa;

e) a abertura de edital de chamamento público para credenciamento e cadastro de empresas que possam atender à necessidade pública no prazo de trinta dias, adotando-se critério objetivo de distribuição da demanda para celebração de contratos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

As alternativas A e B estão incorretas. Não há de se falar em inexigibilidade de licitação, pois o rol de tais casos é taxativo, e não compreende a hipótese do enunciado.

A alternativa C está incorreta. Não há de se falar em dispensa de licitação, pois não se pode dizer que houve “transferência de tecnologia”, tendo em vista que se trata de um novo sistema, com técnicas customizadas que o Município não consegue especificar.

A alternativa D está correta. De acordo com art. 32, I, da Lei 14.133/2021: “Art. 32. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração: I - vise a contratar objeto que

envolva as seguintes condições: a) inovação tecnológica ou técnica; b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração; II - verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os seguintes aspectos: a) a solução técnica mais adequada; b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida; c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato;”

Portanto, como é necessária uma inovação técnica (técnica customizada) par atender a necessidades especiais, e o Município de RLT não consegue especificar, com precisão, tal técnica, conclui-se que a modalidade mais adequada é o diálogo competitivo.

A alternativa E está incorreta. O credenciamento não é uma modalidade de licitação, mas sim um procedimento auxiliar. De acordo com art. 78, I, da Lei 14.133/2021: “Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - credenciamento;”

Ademais, de acordo com art. 79 da Lei 14.133/2021, as hipóteses em que o credenciamento é utilizado, são as seguintes: “Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas; II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação; III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.”

QUESTÃO 88. Por determinação de José Goiaba, prefeito do Município da Boa Fruta, em todas as obras municipais foram apostas placas confeccionadas com recursos do erário local, contendo a seguinte inscrição: “Governo Zé Goiaba: o melhor da Boa Fruta”.

À luz da legislação de regência dos atos de improbidade administrativa, o ato do prefeito é:

a) lícito, pois os agentes políticos têm o dever de divulgar as obras e prestar contas de sua administração;

b) lícito, pois o ato configura manifestação do direito de liberdade de expressão e de publicidade dos atos de gestão;

c) ilícito e punível com multa e proibição de contratar com o poder público por prazo não superior a quatro anos;

d) ilícito e punível com perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até doze anos;

e) ilícito e punível com perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até catorze anos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

De acordo com art. 37, § 1º: “§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

No mesmo sentido, é o art. 11, XII, da Lei 8.429/92: “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa

que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.”

Como se trata de ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, as penalidades aplicáveis estão dispostas no art. 12, III, da Lei 8.429/92. Veja: “Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;”

Portanto, o ato ilícito praticado pelo Prefeito José Goiaba será punível com multa e proibição de contratar com o poder público por prazo não superior a quatro anos. Correta, pois, a alternativa C.

Tomando por base os mesmos dispositivos legais acima mencionados, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 89. Maria, moradora de comunidade densamente povoada na Cidade Delta, Capital do Estado Alfa, dormia em sua casa com seu filho, o pequeno João, criança em tenra idade, quando policiais, em situação de conflito armado com criminosos locais, foram alvejados e dispararam tiros para se defenderem.

Lamentavelmente, o pequeno João foi atingido por um dos projéteis e veio a falecer. Maria ajuíza ação contra o Estado Alfa, pleiteando indenização por danos morais pela morte do filho João. No curso do processo, a perícia não logrou identificar se a bala que feriu de morte João partiu das armas dos policiais ou dos criminosos locais.

O juiz de direito, à luz da Jurisprudência mais atualizada do Supremo Tribunal Federal, julga o pedido:

a) improcedente, pois se trata de hipótese de responsabilidade objetiva e competia à Maria comprovar que a bala partiu das armas dos policiais.

b) improcedente, pois se trata de hipótese de responsabilidade subjetiva e competia à Maria comprovar que os policiais agiram com culpa, prova não produzida no curso do processo;

c) procedente, pois se trata de hipótese de responsabilidade objetiva e competia ao Estado Alfa provar a exclusão do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado;

d) parcialmente procedente, pois se trata de hipótese de responsabilidade subjetiva e houve culpa concorrente dos criminosos locais com o Estado Alfa;

e) procedente, pois se trata de hipótese de responsabilidade subjetiva, prevalecendo a alegação de Maria de que a bala partiu das armas dos policiais.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento do ARE 1382159: “No caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, é dever do Estado, em decorrência de sua responsabilidade civil objetiva, provar a exclusão do nexo causal entre o ato e o dano, pois ele é presumido.” STF. 2ª Turma. ARE 1382159 AgR/RJ, Rel. Min. Nunes Marques, redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, julgado em 28/03/2023.

No mesmo sentido, é o Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 61, itens 7 e 8: “7) A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal. 8) É objetiva a responsabilidade civil do Estado pelas lesões sofridas por vítima baleada em razão de tiroteio ocorrido entre policiais e assaltantes.”

Portanto, no caso narrado pelo enunciado, há responsabilidade objetiva do Estado Alfa, competindo a ele provar a exclusão do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado. Logo, correta a alternativa C.

Tomando por base os mesmos entendimentos jurisprudenciais acima mencionados, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 90. A região dos Campos Gerais, localizada no Centro-Sul do Estado do Paraná, é repleta de belezas naturais, dentre as quais se destacam o Parque Estadual da Vila Velha, a Lagoa Dourada e a Cachoeira Buraco do Padre. Com o intuito de promover e fomentar o turismo local, o Estado do Paraná e diversos Municípios da região celebraram contrato de consórcio, que prevê: (I) a sujeição de seus servidores ao regime estatutário do Estado do Paraná; (II) a contratação de fornecedores estritamente pelas regras de Direito Privado; (III) a prerrogativa de emissão, pelo consórcio, de documento de cobrança de preço público pela outorga de uso de bens públicos administrados. O Ministério Público paranaense ajuíza ação civil pública em que pede a declaração de invalidade dessas três cláusulas, por violação a dispositivos da Lei federal nº 11.107/2005.

O juiz de direito do Estado do Paraná decide, corretamente, que:

- a) as cláusulas I, II e III são inválidas;**
- b) apenas a cláusula I é válida;**
- c) apenas a cláusula II é válida;**
- d) apenas a cláusula III é válida;**
- e) apenas as cláusulas I e III são válidas.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

Analisemos as cláusulas do referido contrato de consórcio, uma a uma:

A cláusula I é inválida. Os servidores ficarão sujeitos ao regime celetista, de acordo com art. 6º, § 2º, da Lei 11.107/2005: “§ 2º O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”

A cláusula II é inválida. O consórcio público deverá observar as normas de direito público no que concerne à celebração de contratos. De acordo com art. 6º, § 2º, da Lei 11.107/2005: “§ 2º O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”

A cláusula III é válida, pois está de acordo com o art. 2º, § 2º, da Lei 11.107/2005: “§ 2º Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.”

Como apenas a cláusula III é válida, considera-se correta a alternativa D.

Tomando por base os mesmos dispositivos legais acima mencionados, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 91. O Palácio da Liberdade, o Museu Escola Alfredo Andersen e o Palacete do Batel são exemplos de bens tombados situados na Cidade de Curitiba.

Sobre o tombamento, é correto afirmar que:

a) em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência;

b) nenhuma venda judicial se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação;

c) patrimônio histórico e artístico nacional é o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico;

d) não estão sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que tenham sido alterados pela natureza ou agenciados pela indústria humana, assim como os bens públicos dominiais, especiais ou de uso comum;

e) negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, devendo apresentar relatório anual de suas atividades.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O artigo 22 do DL 25/37, que tratava do direito à preferência, foi revogado pela Lei 13.105/2015. Veja o que determinava o referido dispositivo: “Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência. “

A alternativa B está incorreta. O artigo 22, § 4º, do DL 25/37, que tratava da notificação prévia à venda judicial, foi revogado pela Lei 13.105/2015. Veja o que determinava o referido dispositivo: “§ 4º Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares

do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 1º do DL 25/37: “Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 1º, § 2º, do DL 25/37: “§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 26 do DL 25/37: “Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.”

QUESTÃO 92. por meio de sua Secretaria de Licenciamento, o Município de Águas Termais emitiu alvará de localização e funcionamento a empresa XLO Ltda. para desenvolver atividade de serviço de alimentação exclusivamente por entrega, sem atendimento físico no local (dark kitchen). Sabe-se que o processo administrativo foi conduzido de modo regular e que a liberação se deu pela interpretação do Art. 6º do Código de Posturas e de Atividades Urbanas do Município de Águas Termais, que traz a listagem dos documentos que devem ser apresentados para obtenção do alvará de localização e funcionamento: para a autoridade competente, há o dever-poder de liberação mediante a entrega de todos os documentos exigidos pelo Art. 6º. Seis meses após a concessão do alvará e com a empresa XLO Ltda. já em pleno funcionamento, o prefeito exonerou o Secretário de Licenciamento e fez nova indicação para o cargo. O novo secretário, contrário às dark kitchens, decide invalidar o alvará de localização e funcionamento concedido à empresa XLO Ltda. porque considerou ilegal a decisão anterior. Na sua interpretação, o Art. 6º do Código de Posturas e de Atividades Urbanas do Município de Águas Termais não determinaria uma decisão de natureza vinculante, mas discricionária, sendo devida a negativa da liberação porque as dark kitchens são contrárias ao interesse público.

Considerando essa narrativa, sobre a decisão do novo Secretário de Licenciamento do Município de Águas Termais, é correto afirmar que é:

- a) legal, pois é sua competência zelar pela legalidade dos atos administrativos segundo o dever de autotutela;
- b) legal, pois atos públicos de liberação, como alvará de localização e funcionamento, são invariavelmente discricionários;
- c) legal, pois as dark kitchens apenas poderiam ser exercidas por particulares mediante delegação pública, tendo em vista o seu potencial de impacto no sossego e nos direitos de vizinhanças;
- d) ilegal, pois ao novo secretário de Licenciamento não seria devida a mudança de entendimento sobre o Art. 6º do Código de Posturas e de Atividades Urbanas do Município de Águas Termais;

e) ilegal, pois a mudança de interpretação não pode gerar efeitos retroativos para alcançar o alvará de localização e funcionamento da empresa XLO Ltda.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

De acordo com artigo 24 da LINDB: “Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.”

Portanto, a decisão do novo Secretário é ilegal, pois a mudança de interpretação não pode gerar efeitos retroativos para alcançar o alvará de localização e funcionamento da empresa XLO Ltda., já que tal situação já estava plenamente constituída. Logo, correta a alternativa E.

Tomando por base o mesmo dispositivo legal acima mencionado, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 93. Diante das últimas reformas previdenciárias, a Emenda Constitucional no 103/2019 apresentou dinâmica peculiar e, nesse contexto, algumas dificuldades surgiram, especialmente quanto à validade de regras transitórias de aposentadoria anteriores à EC no 103/2019.

Diante de tal cenário, é correto afirmar que:

a) as regras transitórias de aposentadoria previstas pela EC no 103/2019, no âmbito dos servidores públicos federais, podem ser internalizadas, de forma idêntica, em regimes estaduais e municipais, caso os respectivos Poderes Legislativos assim decidam;

b) o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Acórdão TCE PR no 848/2022, deliberou, por unanimidade, pela validade integral das regras transitórias de aposentadoria das Emendas Constitucionais no 41/2003 e 47/2005 em definitivo, mediante a necessária proteção da confiança legítima;

Lei Complementar estadual no 233/2021, ao disciplinar a regime previdenciário do Estado do Paraná e o tema do abono de permanência, adota autorização da EC no 103/2019 e prevê valores de abono inferiores às contribuições dos servidores beneficiados;

d) a Lei Complementar estadual no 233/2021, em afinidade à EC no 103/2019, ao disciplinar o tema dos descontos de pagamentos indevidos realizados ao servidor, na hipótese de comprovada má-fé, poderá reter até 100% do valor mensal da prestação previdenciária, até a quitação integral dos valores devidos;

e) a discussão travada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Acórdão TCE PR no 848/2022, também assegurou a servidores que ocupam, com exclusividade, cargos estaduais em comissão, o direito a benefícios previdenciários oriundos das Emendas Constitucionais nº 41/2003 e 47/2005.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre regime de transição.

A alternativa A está correta. Não há nenhum impedimento para que os demais entes usem o mesmo regime de transição adotado pela União, pois cabe a eles escolherem por meio de lei específica a forma que se dará o regime de transição dentro de suas respectivas competências.

As alternativas B e E estão incorretas. Conforme Acórdão TCE PR nº 848/2022: “I – É possível a concessão de aposentadoria e abono de permanência com base nas emendas constitucionais n.º 41/2003 e 47/2005 aos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça que preencheram os requisitos após 4 de dezembro de 2019? Resposta: Não, pois os artigos 2º, 6º e 6ºA da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e do art.3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, estão revogados por força da Emenda Constitucional Estadual nº 45/2019.”

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 45 da Lei complementar estadual 233/21: “Art. 45. O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para as aposentadorias previstas nos arts. 13 e 14 desta Lei, e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a concessão da licença remuneratória para efeito de aposentadoria, da concessão da aposentadoria ou até completar a idade para aposentadoria compulsória.”

A alternativa D está incorreta. Conforme artigo 49, §1º, da Lei complementar estadual 233/21: “Art. 49. Podem ser descontadas da remuneração, proventos e benefícios: II - os valores pagos indevidamente pela Paraná-previdência; §1º Na hipótese do inciso II deste artigo, o desconto será feito em parcelas, de forma que não exceda 20% (vinte por cento) do valor do benefício”.

QUESTÃO 94. Humberto, servidor público do Estado do Paraná, ocupa cargo público de provimento efetivo que o vincula ao regime estadual de previdência social. Além de sua função pública, Humberto desempenha, lícitamente, atividade privada concomitante, devidamente formalizada e registrada.

Nesse contexto hipotético, é correto afirmar que:

a) Humberto será exclusivamente vinculado ao regime previdenciário estadual, haja vista a vedação constitucional a servidor público vinculado a regime próprio cumular vinculação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

b) caso Humberto venha a falecer, tendo como único dependente filho com deficiência intelectual, este poderá qualificar-se à pensão por morte, cabendo ao regime estadual aplicar, por analogia, as regras do RGPS para fins de avaliação da deficiência;

c) Humberto, em sua atividade privada concomitante e lícita, é responsável tributário pelos encargos previdenciários devidos sobre sua remuneração mensal, cabendo ao próprio o recolhimento mediante pagamento na rede bancária conveniada;

d) caso Humberto abandone a atividade privada que exercia em concomitância com a função pública, poderá averbar o tempo privado junto ao regime previdenciário estatal, de forma a produzir incremento em seu tempo de contribuição;

e) na hipótese de o regime previdenciário estadual instituir contribuições extraordinárias de seus servidores, haverá a possibilidade de compensação dos referidos aportes com os valores devidos ao RGPS, dentro dos limites da legislação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre regimes previdenciários.

A alternativa A está incorreta. Conforme artigo 12, §1, da Lei 8.213/91: “Art. 12. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social. §1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades”.

A alternativa B está correta. Conforme artigo 19, §5º, da Lei complementar estadual 233/21: “§5º A condição de invalidez e de deficiência intelectual, mental ou grave, deverá ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma do regulamento.”.

A alternativa C está incorreta. A obrigação de recolhimento poderá ser tanto do segurado como da empresa da qual recebe o pagamento, retendo na fonte, a depender da forma de serviço prestado.

A alternativa D está incorreta. Conforme artigo 36, II, da Lei complementar estadual 233/21: “Art. 36. O tempo de contribuição ou de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as seguintes normas: II - é vedada a contagem de tempo de serviço concomitante”.

A alternativa E está incorreta. Inexiste permissão legal para a compensação de valor entre os regimes, mesmo porque as contribuições extraordinárias tem natureza excepcional, não podendo ter seu recolhimento obstado por fato alheio aquele que deu origem a sua criação.

QUESTÃO 95. Em 13 de novembro de 2019, foi publicada a Emenda Constitucional no 103, a qual, além de alterar a Constituição de 1988, trouxe normativas variadas e abrangentes no bojo dos regimes previdenciários brasileiros.

Dentre as alterações referidas, é correto afirmar que:

a) diante do princípio da universalidade de cobertura e atendimento, todos os servidores públicos brasileiros, mesmo em Estados e Municípios, passaram a se submeter às mesmas regras de aposentadoria, ressalvados direitos adquiridos e regras transitórias;

b) na atualidade, caso um servidor público do Estado do Paraná, dotado de cargo público de provimento efetivo, tenha incapacidade temporária para o trabalho, independentemente da origem da doença, não terá direito à concessão de benefício por parte do regime próprio de previdência;

c) no caso de servidor público do Estado do Paraná, ainda que comissionado, não haverá direito à aposentadoria especial na hipótese de exposição a agentes insalubres, haja vista a extinção desse tipo de prestação pela reforma previdenciária apontada;

d) todos os Estados brasileiros, desde a aludida reforma previdenciária, já contam com sistemas de previdência complementar para servidores ocupantes de cargo público de provimento efetivo, mediante vinculação opcional à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União;

e) os regimes previdenciários estaduais e municipais, em prol de seus servidores, podem adotar a segregação da massa de segurados como forma de eliminar, de imediato, o déficit previdenciário do sistema e, com isso, viabilizar reduções de contribuições, em patamar inferior às contribuições dos servidores federais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre regimes previdenciários.

A alternativa A está incorreta. Não há submissão às mesmas regras, já que os Estados e Municípios podem disciplinar de forma diversa daquela prevista para a União, dentro dos limites de sua competência legislativa, conforme artigo 40, III, da CF: “III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo”.

A alternativa B está correta. A benesse previdenciária no RPPS será apenas nos casos de incapacidade permanente, nos casos de incapacidade temporária o próprio ente será responsável pelo pagamento da verba.

A alternativa C está incorreta. Não houve a extinção da aposentadoria especial, conforme artigo 14, II, da LC estadual 233/21: “II - o servidor público estadual cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes, vedados a caracterização por categoria profissional ou ocupação, aos sessenta anos de idade, 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição, dez anos de efetivo exercício de serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, nos termos estabelecidos em regulamento”.

A alternativa D está incorreta. Não há como funcionário público que não seja federal se vincular à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União, devendo haver em cada ente um plano de previdência complementar específico.

A alternativa E está incorreta. O regime de segregação da massa de segurados busca a longo prazo eliminar o déficit previdenciário e não de imediato, além disso, não pode adotar contribuições menores que às dos servidores federais, conforme artigo 57 da portaria 464/18 do MF e artigo 9º, §4º, da EC 103/19: “**Art. 57.** A implementação da segregação da massa deve contemplar a análise de todos os aspectos relacionados à sua implantação e manutenção, levando em consideração os impactos para a gestão do ente federativo a curto, médio e longo prazos, e estar embasada em estudo técnico de impacto administrativo, financeiro, patrimonial e atuarial, que deverá demonstrar, além dos critérios previstos no art. 56. **Art. 9º (...)** §4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social”.

QUESTÃO 96 – Ao julgar uma ação típica de judicialização da saúde, os argumentos apresentados pela Procuradoria do Estado invocam a ética utilitarista. Segundo Jeremy Bentham, a ética utilitarista está baseada no Princípio da Utilidade, que afirma que:

a) toda ação deve ser aprovada ou rejeitada em função da sua tendência de aumentar ou reduzir o bem-estar das partes afetadas pela ação;

b) a utilidade consiste em fazer o que é vantajoso para a administração pública, a fim de preservar o erário e os Interesses do governo;

c) é preciso agir como se a humanidade existente em ti e no outro seja sempre tomada como um fim em si mesmo e nunca como um meio;

d) toda ação pública é útil à sociedade na medida em que resulta de um amplo processo de debate público, com igual direito de manifestação;

e) deve ser considerada justa a ação que promove a garantia dos direitos de cada indivíduo, pois esses são invioláveis na sua esfera moral e jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Filosofia do Direito.

Jeremy Bentham, um dos precursores do utilitarismo, fundamentou sua ética no Princípio da Utilidade. Esse princípio postula que a moralidade de uma ação é determinada pela medida em que contribui para promover a maior felicidade possível entre a comunidade. Bentham buscava a maximização da utilidade, entendida como a soma total de prazer e a minimização de dor. Em sua perspectiva, a avaliação ética de ações deveria considerar as consequências em termos de bem-estar coletivo, priorizando o alcance do maior grau de felicidade para o maior número de pessoas.

QUESTÃO 97. Um fenômeno global do mundo contemporâneo que envolve o Poder Judiciário é aquilo que se convencionou chamar de "judicialização da política".

Em termos básicos, a expressão "judicialização da política" deve ser entendida como:

a) o ajuizamento de ações judiciais que é feito por partidos políticos com representação no Congresso Nacional;

b) o conjunto das ações judiciais que envolvem jurisdição constitucional;

c) a expansão do protagonismo institucional e político dos tribunais em processos decisórios;

d) a atuação do Ministério Público como fiscal da lei, no exercício de sua plena autonomia funcional;

e) o engajamento de pessoas que exerceram a magistratura no âmbito da política profissional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de direito e política.

A "judicialização da política" refere-se ao fenômeno em que questões políticas que tradicionalmente seriam decididas por meios democráticos e legislativos são levadas ao Poder Judiciário para resolução. Esse processo implica uma mudança na dinâmica de tomada de decisões, transferindo para os tribunais a responsabilidade de decidir questões complexas e muitas vezes controversas. A judicialização ocorre quando atores políticos recorrem aos tribunais para resolver disputas ou contestar decisões políticas, buscando intervenção judicial em assuntos que normalmente seriam tratados pelos processos democráticos e instituições legislativas.

Esse fenômeno tem implicações significativas para a separação de poderes e a democracia, uma vez que coloca o Poder Judiciário no centro de debates políticos e sociais. Embora a judicialização possa ser vista como uma forma de garantir a proteção dos direitos individuais e a aplicação imparcial da lei, também gera debates sobre a legitimidade democrática das decisões judiciais em questões que afetam a sociedade como um todo.

QUESTÃO 98. O vitaliciamento é o período de estágio probatório dos magistrados, a fim de verificar a aptidão objetiva e subjetiva para o exercício da magistratura.

Segundo Resolução própria do CNJ, constitui uma etapa obrigatória do processo de vitaliciamento, em todo e qualquer Tribunal de Justiça:

- a) a visita guiada a todas as comarcas que estão sob a alçada daquele determinado Tribunal;
- b) o conhecimento da direção do Tribunal e a integração com as autoridades dos demais Poderes de Estado;
- c) prolação de sentenças em, no mínimo, 10% dos processos que conformam o estoque da Comarca da capital;
- d) a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;
- e) a realização de uma bateria de exercícios físicos para verificar a disposição física e saúde do vitaliciando.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre magistrados.

A alternativa D está correta, e as alternativas A, B, C e E estão incorretas. Conforme artigo 93, IV, da Constituição Federal: “Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: IV previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados”.

QUESTÃO 99. No exercício da jurisdição, um juiz recebeu ação proposta pelo procurador-geral de Justiça suscitando o deslocamento de competência de um caso de violação de direitos humanos, com base no argumento de que as autoridades policiais do Estado estavam negligentes na investigação devida.

Com base no que determina a Constituição Federal, cabe ao juiz:

- a) julgar procedente o pedido, uma vez que se trata de violação de direitos humanos;
- b) determinar que a autoridade policial responsável seja ouvida para avaliar se houve ou não negligência no caso concreto;
- c) julgar improcedente o pedido, pois não basta haver violação dos direitos humanos, é necessário que seja grave violação;
- d) determinar a realização de uma audiência pública, ouvindo todas as partes envolvidas no caso, especialmente as vítimas da violação;
- e) considerar inepta a petição inicial, pois foi proposta por parte ilegítima perante um juízo que não possui competência sobre a matéria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata de incidente de deslocamento de competência.

A alternativa E está correta, e as alternativas A, B, C e D estão incorretas. O incidente de deslocamento de competência deve ser apresentado pelo Procurador Geral da República perante

o STJ, de modo que o pedido pelo Procurador Geral de Justiça dirigido ao juízo comum carece de previsão legal, conforme artigo 109, §5º, da CF: “§5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal”.

QUESTÃO 100. Os casos de trabalho análogo à escravidão revelam a violação, ao mesmo tempo, de direitos civis e de direitos sociais. Por isso mesmo, uma das dimensões dos direitos humanos apontadas na Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993 é a:

- a) razoabilidade;
- b) indivisibilidade;
- c) unilateralidade;
- d) justiciabilidade;
- e) proporcionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre direitos humanos.

A alternativa B está correta, e as alternativas A, C, D e E estão incorretas. Isso se deve ao fato de que a Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993 reconhece a interdependência e a indivisibilidade dos direitos humanos. No contexto dos casos de trabalho análogo à escravidão, a violação simultânea de direitos civis e sociais destaca a interconexão dessas dimensões. Os direitos civis, como liberdade e igualdade perante a lei, estão intrinsecamente ligados aos direitos sociais, como condições de trabalho dignas e justas.

“Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis interdependentes e interrelacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e eqüitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forme seus sistemas políticos, econômicos e culturais (Declaração e Programa de Ação de Viena).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)